

KKQ

2680

C647

1867

MEM



General Library System
University of Wisconsin - Madison
728 State Street
Madison, WI 53706-1494
U.S.A.

A GOVERNACÃO E OPPOSICÃO EM GOA

NO ANNO DE 1867.

CONSIDERADAS

POR

Carlos Pedro Barahona e Costa.

NOVA-GOA

NA IMPRENSA NACIONAL.

1867.

750/645521

A GOVERNAÇÃO E OPPOSIÇÃO EM GOA

NO ANNO DE 1867,

CONSIDERADAS

POR

Carlos Pedro Barahona e Costa.



NOVA-GOA

NA IMPRENSA NACIONAL.

1867.

General Library System
University of Wisconsin - Madison
728 State Street
Madison, WI 53706-1494
U.S.A.

B.

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor.

5539454

mem
KKQ
2680
C647
1867



Sociedade do mesmo modo que o corpo humano está sujeita a enfermidades; e quando d'ellas é accommettida, carece igualmente de medico habil e experimentado, que determine os remedios, que devem oppor-se ao progresso do mal.

Este modesto opusculo apresentará aos olhos de Vossa Excellencia certas enfermidades, de que se acham affectados alguns membros do corpo social da nossa India; e os altos conhecimentos de Vossa Excellencia saberão achar os meios de cortar pela raiz o mal, ou de evitar a sua ruinosa propagação.

O interesse, sollicitude e acerto com que Vossa Excellencia se tem havido na direcção dos negocios coloniaes, imprimem em meu coração a mais bem fundada esperanza d'um resultado satisfactorio.

A sinceridade das minhas intenções bem pode desculpar a liberdade de dirigir-me a Vossa Excellencia, a quem peço respeitosamente que se digne pôr os olhos n'este meu aca-nhado trabalho, e acceitar os testemunhos da mais alta consideração, com que tenho a honra de ser

Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Visconde da Praia Grande, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha e Ultramar,

De Vossa Excellencia,

Muito Attento Venerador e Creado

Carlos Pedro Barahona e Costa.

ne
ve
s
dr
A

DUAS PALAVRAS AO LEITOR.

O desprezo de uns, o indifferentismo de outros, a insensibilidade de muitos e a tolerancia de todos, deixando passar sem correctivo um sem numero de escriptos dirigidos a quebrantar o respeito devido á auctoridade, tem animado alguns homens n'este paiz a servirem-se da imprensa para inocular no espirito do povo principios oppostos a todas as leis sôciaes.

Os caracteres, que na mãi-patria mais dignos teem sido das attenções publicas; aquelles, que por suas virtudes, por seus talentos e por seus serviços se teem tornado o alvo de valiosos testemunhos da regia consideração, e do profundo respeito de seus concidadãos; teem na India sido indignamente desconsiderados, e perseguidos com destemperado arrojo !!!

Estes dampninhos instinctos, de que o illustrado vice-rei marquêz d'Alorna fáz menção na sua eloquente *instrucção* ao que lhe succedeu no espinhoso governo da India, mais se tem desenvolvido nas beneficas governações dos fallecidos visconde de Villa Nova d'Ourem, conde de Torres Novas, e na actual do sr. conselheiro José Ferreira Pestana.

Basta o facto singularissimo de serem guerreados na India tres successivos governadores geraes, e com rarissimas excepções os principaes funcionarios, que teem com elles servido, para se conhecer quão monstruosa é a paixão dos que assim procedem.

Amante da ordem, zeloso do credito e honra de cava-

lheiros, tão respeitáveis, temo-nos manifestado hostil a esses nocivos desordeiros.

Os mesmos motivos, que nos levaram a collocar-mo-nos em aberta hostilidade aos que acintemente guerreavam a illustrada governação do sempre saudosamente lembrado Conde de Torres-Novas, nos convidaram a escrever varios artigos no periodico = A INDIA PORTUGUEZA — em defesa dos actos publicos do sr. conselheiro José Ferreira Pestana, e d'outros cavalheiros não menos respeitáveis, que o redactor e collaboradores d'aquelle semanario se esforçam em desconsiderar.

E para que esse pouco que temos escripto se não perca entre os doestos, calumnias e indignidades, que occupam o resto d'aquelle periodico; para que na mãe-patria se conheça que taes calumnias não são aqui recebidas com geral applauso, e para que o sr. ministro do ultramar entenda como por cá se tratam os depositarios da auctoridade soberana; aqui apresentamos em corpo separado os artigos que sabiram dispersos, accrescentando-lhes algumas notas, que nos pareceram convenientes á explanação do que a principio haviamos escripto.

Com esta publicação julgamos prestar um bom serviço á patria, porque n'ella fazemos justiça ao elevado caracter de homens, que a teem servido com probidade, intelligencia e dedicação.

Carlos Pedro Barahona e Costa.

1.º ARTIGO.

(India Portuguesa n.º 313 de 9 de Janeiro de 1867.)

Sr. redactor—De mistura com algumas verdades, saltam á vista mais desprevenida não poucas inexactildões, e mesmo apreciações sensivelmente injustas no artigo do *Portuguêz*, que v. transcreve sem rectificação no n.º 313 do seu periodico.

Digo de mistura com algumas verdades, por que é verdadeira a existencia dos roubos mencionados no artigo do *Portuguêz*, e não menos o são os excessos praticados por algumas praças d'um corpo do exercito : combinado porem o periodo em que o *Portuguêz* lamenta com razão a retirada para Portugal de varios funcionarios militares e civis, entre os quaes avultam o sr. coronel João Theodoro da Silva, como heroe de Satary, o sr. conselheiro João Maria de Sequeira Pinto, como integro chefe que foi da magistratura judicial n'este paiz, e o sr. Thomaz Nunes de Serra e Moura, como intelligente e activissimo procurador da corôa ; combinado, disse, este periodo com aquelle em que se pertende demonstrar a necessidade de serem para aqui mandados bons funcionarios civis e militares, e em que se empregam as palavras: *e juizes que não sejam o alvo do escandalo, nem o sudario de vicios torpes* : resulta um pensamento occulto, que eu reputo altamente injurioso, por offensivo ao decoro, inteireza e honradez, que todos reconhecem nos magistrados judiciais ha muitos annos a esta parte vindos da mãi-patria, dignos sem duvida d'um conceito egual ao que ao *Portuguêz* mereceram os dois honrados jurisconsultos, cuja retirada d'esta terra com razão lamenta aquelle jornal.

Passando a um outro ponto do artigo a que me refiro, direi, sr. redactor, que se o governo do sr. conselheiro José Ferreira Pestana não tem sido até ao presente fertil em commettimentos de grande alcance, e se lastimaveis acontecimentos, estranhos á vontade de s. ex.ª, o têm infelicitado, não é isto razão bastante, para que d'estes se lhe dê a responsabilidade, uma vêz que s. ex.ª, acatando a lei, garantio a esta o direito de os punir, prestando aos respectivos magistrados judiciais todo o auxilio e cooperação ; nem para se descrever da erudição de s. ex.ª em

administração publica, e da proficuidade de suas intenções (1).

Pela minha parte, estou convencido, que se o governo da metropole puzer termo ao esquecimento a que tem votado esta malfadada colonia; e lhe acudir, como lhe cumpre, com os necessarios meios pecuniarios, de que ella tanto carece, mui proveitosas lhe poderão ser as lizes e longa experiencia do seu actual governador.

Os motores do progresso, da civilização, e por consequencia da riqueza publica, não se obtem sem dinheiro, e muito dinheiro. A intelligencia mais robusta, e a mais decidida boa vontade succumbirão, quando idesajudadas deste poderoso elemento. (2)

Não menos digna de reparo é, sr. redactor, a pouca consideração a que o *Português* pretende votar a importancia do serviço que o sr. conselheiro Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara tem prestado á nação, salvando d'uma completa ruina documentos preciosissimos, que o

(1) Temos visto vigorosas opposições feitas pela imprensa periodica aos governos, porque estes na direcção dos negocios publicos seguem um systema, que se não conforma com as idéas do partido adverso. O que porém não vimos ainda, antes de o termos visto n'este paiz, que um eminente magistrado, como affirma o sr. Felippe Nery Xavier, appellidou *das raridades*, é accusar-se o governo, porque ha ladrões que assaltam as casas; porque faccinorosos esfaqueiam o seu semelhante, &c. Será muito acceptavel um tal systema; mas não á luz do senso commum.

(2) As mesmas razões de conveniencia que aconselharam a votação de subsidios para as colonias da Africa e da Oceania, dão-se com respeito á India, se é que o governo da metropole não quer que esta desventurada colonia sirva de documento vergonhoso de nossa decadencia, miseria, e inhabilidade na arte de governar.

Encravada como se acha a nossa India no opulento e vasto imperio anglo-indiano, onde os inventos do seculo em beneficio das sociedades se observam a cada passo, pedem os creditos alcançados por nossos avós em epochas mais felizes, que a não conservemos em tão vergonhoso atrazo, e abatimento.

E' mister em primeiro lugar, que a indigencia mais degradante e affrontosa deixe de ser recompensa da maior parte dos servidores publicos, e em segundo, que se dê um vigoroso impulso aos melhoramentos encetados pelas administrações transactas, em que a ultima muito se avantajou; e pelo que respeita ás condições moraes do povo indiano, muito depende o seu melhoramento do derramamento de escolas d'instrucção primaria em todas as povoações, especialmente nas novas conquistas, e da creação de estabelecimentos onde a mulher seja educada, como bem o demonstrou em longos e mui luminosos escriptos o illustrado juris-

mais condemnavel desleixo hia fazendo desaparecer dos archivos; documentos que tão intimamente estão ligados com as glorias alcançadas pelos portuguezes. á quem do Adamastor.

O *Portuguez* deixaria de sê-lo se da consciencia lhe nascesse o pouco apreço que manifesta por essas glorias, que alargando a Portugal os limites geographicos, lhe deram uma importante existencia entre as nações mais afamadas.

O sr. conselheiro Rivara occupa um lugar distincto entre os homens doutos de Portugal. Não são por certo meia duzia de palavras banaes, atiradas ás columnas d' um jornal, que lhe hão de abalar a reputação. (8)

Não deixarei tambem, sr. redactor, passar sem correctivo a parte do artigo do *Portuguez*, que se refere á tropa. E' certo que um lastimavel desequilibrio de subordinação e de disciplina, se deu n'um corpo d'este exercito, e que sobre alguns individuos d'esse corpo pesa infelizmente uma gravissima suspeita, não é isto, com tudo, razão sufficiente para que se escreva. « Divem-nos que a tropa (!), incitada por alguns officiaes (!!!), tem dado as mais escandalosas demonstrações de desobediencia, indisciplina e insubordinação. »

Eu, sr. redactor, como official que sou d'um corpo disciplinado, não acceito para mim, nem para meus camaradas tão infamemente labêo. A fa da que visto ha dezou annos, não está machada, e as côes que a decoram são

consulto, o sr. Antonio Faustino dos Santos Crespo cavalheiro mui respeitavel e erudito.

No intuito de realizar-se este grandioso pensamento muitas reuniões se fizeram; muitos discursos se pronunciaram, muitos escriptos se inseriram nos *periodicos* da localidade, e muitas subscripções se abriram: tudo ficou porém em *letra morta*, porque assim o quiz o stýgma que parece pesar sobre esta malfadada terra.

O'ra, nada d'isto se obtem sem dinheiro, e muito dinheiro, como dissemos no ponto do artigo em que recáhe esta nota.

(3) Os documentos officiaes, que se referem aos trabalhos litterarios do sr. conselheiro Rivara; os honrosissimos diplomas que o constituem socio correspondente de varias sociedades sciéntificas e litterarias, nacionaes e estrangeiras; as provas de subido apreço que s. ex.^a do soberano tem recebido, e o tacto e habilidade, com que durante o longo período de 12 annos se tem havido no desempenho dos arduos deveres de secretario geral do governo da India; tem por certo mais valôr e importancia, do que a opinião do redactor d' um *periodico*, muitas vezes subordinadas a informações pouco fiéis, e não poucas a mezquinhas paixões que a opinião do sensato publico reprova, condemna e despeza.

as do segundo batalhão d'infanteria, que ha dezsete annos tem por cemmañdante um dos mais denodados detensores da Terceira e do Porto, (4) e que nos annaes militares d'este paiz tem sabido registrar as excellentes qualidades que sempre o tornaram conhecido como um bello corpo na paz e na guerra.

Tenha por tanto justos fundamentos para crer, que o *Portuguez*, quando melhor informado, rectificará as inexactidões, e falsas apreciações contidas no artigo. de que me tenho occupado; e não menos fúduamento espero, que estas minhas ligeiras e desdretenciosas considerações mereçam o apoio do periodico que v. habilmente redige.

Pondá, 1.º de janeiro de 1867.

Carlos Pedro Barahona e Costa.

2.º ARTIGO.

(India Portugueza n.º 315 de 9 de Janeiro de 1867.)

Sr. redactor—Sob as epigraphes—Ao sr. Barahona—= Ainda ao sr. Barahona=, me envia o chronista do seu periodico, no n.º 316 do mesmo, dous delicados mimos, que a cortezia manda eu receba, e o preito que rendo, á verdade e á razão, determina eu precie.

A acceitação será silenciosa, como é natural, porque ella se limita a =extender a mão=: a apreciação não será ruidosa; mas, como é dependente de raciocinios, e estes só possam ser transmittidos á percepção dos leitores por palavras, visto que em mimica sou pouco versado, vejo-me na precisão de pedir a v. um pequeno espaço em casa de quem tão attenciosamente me brindou, ou em qualquer compartimento do vehiculo, que me conduziu as preciosas dadivas.

Em presença do modo porque me approuve começar este escripto, não faltará, sr. redactor, quem de novo me apresente como *preambulista*, ou homem dos preambulos; não será porem o receio de tal desastre, que me desviará d'um systema, de que não posso arrogar-me a

(4) Referimo-nos ao sr. João Theodoro da Silva, coronel do exercito de Portugal.

S. ex.ª é sem contradicção um dos militares mais habéis e valentes, que no presente século tem pisado o sólo indiano. A sua honrosa biographia militar é bem conhecida n'este paiz, e na metropole; e as suas qualidades pessoaes tem-lhe adquirido um grande numero d'amigos. e de admiradores.

paternidade, por ter de cedel-a a capacidades litterarias, junto das quaes os meus classificadores só seriam enxergados mediante o auxilio d'um bom microscopio. Vamos porem ao que interessa, principiando pela autopsia ao primeiro mimo.

Diz o illustre chronista=ao sr. Barahona=ou antes á minha humilde pessoa . « Na noite do primeiro do corrente foi roubado o pagode de Nova Goa, que fica situado quasi no centro da povoação. O governador não é cúmplice n'esse roubo (*era bem necessaria esta affirmativa*) ; mas ninguém duvida que o seu somno é causa de todas as invasões da propriedade alheia, que tão a miudo se repetem na capital da India Portuguesa. »

A difficuldade, senão impossibilidade imperiosa e absoluta de responder com seriedade a uma semelhante arguição, força-me, sr. redactor, a servir-me d'um estylo com que mal me identifico, e de que me não soccorreria, se mal correspondesse á urbanidade com que me trata o illustre chronista.

Direi pois a s. s.^a, que, sendo todos os roubos perpetrados em quanto o sr. governador geral está dormindo, e sendo o somno um reparador necessario, e indispensavel á vida, é mister que o governo de Portugal trate quanto antes de mandar para a India quem governe, em quantos o sr. conselheiro Pestana dorme; ou antes, que passe a nomear governadores nocturnos, que andem na pista dos ladrões e tratoneiros, e que possuam o maravilhoso requisito de multiplicar-se, para evitar dous ou mais roubos, que ao mesmo tempo os ladrões intentem fazer em varios pontos da cidade.

Mas deixemos, sr. redactor, um estylo que tanto contraria o meu character, e vamos ao resto do mimo com que me aprax entreter-me ainda.

E' certo que não são as lucubrações litterario—historicas do sr. conselheiro Rivarã, que hão de pôr os infelizes habitantes de Goa ao abrigo dos cubiçadores do alheio, e nem sei a que proposito se liguem os trabalhos de gabinete do sr. Rivarã com os deveres d'am commandante de policia, que s. ex.^a não é,

Uma tal amalgamação, só denuncia o intento de desvirtuar um homem, a quem se não é asserçoado por algum motivo,

Quer o illustre chronista, como nós queremos tambem, que os roubos, e outros desequilibrios sociaes deixem de existir, ou que pelo menos deixam de ser tão frequentes? Requeira, como nos o fazemos aqui, a conveniente

organisação do corpo de policia da cidade ; isto é, que o número de soldados seja muito mais crescido do que ao presente, para em todas as ruas circularem patrulhas durante a noite, e mesmo de dia, como é pratica nas cidades bem policiadas ; e que ao numero de soldados corresponda o de officiaes, para que as patrulhas sejam devidamente rondadas.

Requeira que a cidade durante a noite seja illuminada, não caricatamente, como ao presente o são pequenos espaços d'algumas ruas ; mas por um systema regular e conveniente.

Requeira mais que se criem as fontes de receita necessaria para a sustentação de tão uteis melhoramentos policiaes, como se pratica em paizes menos privilegiados, e em que, com tudo, se não grita por habito e systema contra as autoridades, chamando sobre ellas a desconsideração publica, que a legitima origem de muitos excessos, contra que depois se pronunciam. (5)

Quer o illustre chronista que em todo o estado haja segurança individual e de propriedade ?

Requeira uma conveniente organisação para o exercito ; que este seja bem pago, e que a lei do recrutamento, posta aqui em execução, permita a regeição dos vadios, que procuram nas fileiras um modo de vida, sem se desprenderem dos vícios e defeitos adquiridos nos centros de corrupção, que antes frequentavam, e que, por seu natural embrutecimento, filio da falta de sufficiente numero de escolas primarias em todas as povoações do estado, e especialmente nas Nôvas Conquistas, cuja criação deve tambem requerer, incapazes de comprehender a soberania e nobreza da profissão militar, veem manchar a farda, praticando actos do mais desenfreado canibalismo, com o mesmo pouco temor com que manchariam os andrajos, que substituiram por honrosas vestes. (6)

(5) N'um paiz em que a civilisação não está convenientemente disseminada, e em que, como legitima consequencia, os instinctos rudes e ferozes estão arreigados em crescido num ra de seus habitantes, perdido que seja o respeito devido á auctoridade, cresce o numero e a gravidade dos crimes.

Aquelle que directa, ou indirectamente concorre para o enfraquecimento, ou perda do prestigio indispensavel a quem está investido do poder, é o menos competente para clamar contra os desequilibrios da ordem publica ; mas tão cego é o espirito d'oposição em certos homens, que chegam a esquecer esta grande verdade, e a não temer o descredito, que sobre si acarretam !!!

(6) A pratica de enfileirar nas tropas ultramarinas os faccinoro-

Deste modo, sr. redactor, não ouviremos dizer com desgosto, que o exercito da India está *inquinado* na opinião dos homens mais respeitaveis de Portugal; opinião até certo ponto irrefutavel em presença de factos, que mais convem esquecer que recordar.

Mas para que tudo isto se obtenha, sr. redactor, é necessário dinheiro, e muito dinheiro, como disse na minha ultima correspondencia; e se o paiz o não pôde produzir, o que nego; Portugal que o mande, se é que não quer ver esta sua colônia, outrora theatro de tão gloriosas acções, convertida em foco das mais odiosas impurezas moraes, e em vergonhoso aniquilador de seu velho e honrado nome.

Depois do que hei dito muito de leve com respeito á origem dos excessos que o illustre chronista attribue ao somno das authoridades, não me cansarei em combater a singular opinião de que, se o paiz não tivesse um governo, e os povos fossem entregues aos seus proprios instinctos, talvez se respeitasse mais o direito da propriedade!

Para o illustre chronista está o governo moralmente morto, porque, como affirma, quasi todas as noutes ha roubos, e porque julga possivel, e não sei mesmo se provavel, que a mobilia do palacio seja roubada, como o foi a secretaria. Eu, porém, entendo o contrario.

Entendo, que o governo está vivo, e que, apesar das difficuldades financeiras, que impedem a criação de instituições civilisadoras, o aperfeiçoamento das poucas que existem, e a continuação dos melhoramentos materiaes encetados com tanto proveito publico pelo immortal conde de Torres Novas, triumphará na lucta que lhe offerece uma opposição tão pouco justa e conscienciosa, como triumpharam os nunca esquecidos conde de Torres Novas, e visconde de Villa Nova d'Ourem, que não menos injustamente foram guêrrçados n'este paiz. (7)

sos, que a mãe patria expelle de si como focos perigosissimos d'infecção social, deve cessar quanto antes.

Inocular o vicio, a malvades e a desmoralisação onde a pureza de costumes é a mais essencial necessidade, não só importa um erro condemnavel; é um crime de lesa-segurança-individual, e da propriedade.

(7) Os dois illustres, generaes, Conde de Torres Novas, e Visconde de Villa Nova d'Ourem, obtiveram um triumpho moral, por que jamais lhes podiam ser desfavoraveis as opiniões dos homens sensatos, sempre estranhos a miseraveis paixões. A sepultura porém os colheu mais cedo, porque uma guerra iniqua, vil e atroz se en-

Tenho me alongado na apreciação do primeiro mimo, com que o estimavel chronista do seu periodico se dignou presentear-me; mas assim era necessario; prometto porém, sr. redactor, como justa compensação, e para não ultrapassar os limites do espaço que lhe pedi, e que v., com certeza, me não denegará, ser menos prolixo na apreciação da carta com que, em vez d'um presente, um correspondente de Pangim teve a infeliz lembrança de contemplar o illustre e attencioso chronista.

Versa o mais importante da carta sobre a falta de comparecimento de alguns dos dignos procuradores á junta geral do districto, no dia designado para a reunião da mesma; e desta falta, como dos roubos, e de tudo quanto de máu possa succeder, dá o correspondente com prodiga mão a responsabilidade ao governo!

Accusações similhantes attestam a falta de motivo para arguir o governo; e são por conseguinte diploma honroso para quem governa.

Que responsabilidade poderá caber ao governo, porque os senhores procuradores Campos e Peixoto adoeceram; o sr. Barbosa se viu impossibilitado de comparecer por motivos justificados, e o sr. Bernardo Francisco da Costa por não poder, ou por não querer?—Queria o illustre correspondente que o sr. conselheiro Pestana, inspirado d'um poder divino, dêsse saude aos doentes, que superasse as difficuldades legitimas do sr. Barbosa, e que fosse a. Margão, para conduzir pelo braço ao seu palacio o sr. Bernardo Francisco da Costa? Era isto tão impossivel e impraticavel, como é incomprehensivel a parte da sua carta, em que diz « no tempo d'um governador como o actual que ao que parece, cuida estar reinando em Goa, e não governando » (!!!)

Com que então reinar é nada fazer, como se deprehende do sentido da carta; e governar é fazer muito?

Ou a minha intelligencia é mais fraca do que eu suppunha, ou então é excessivamente sublime, e mesmo rara a eloquencia do illustre correspondente.

Que reinar é governar como rei, diz m'o um pequeno dictionario, que me dispensa de consultar outros mais volumosos, e de auctores differentes.

Que governar como rei, é fazer alguma cousa, é mesmo fazer muito, dizem'o a razão. Como, pois, ao passo que se pretende demonstrar a impericia, e a immobildade do

carregou de lhes abreviar os dias, minando os de desgostos, a que o homem honrado e pundonoroso não sabe resistir.

sr. conselheiro Pestana, se diz que s. ex.^a parece estar governando como rei?

De semelhante modo, sr. redactor, é cousa facil fazer opposição ao governo, e se a desgraça permittisse que opposições taes ferissem reputações adquiridas a preço de muitos sacrificios, de muita honra e de muita probidade, não haveria um só homem zeloso de sua dignidade, que aceitasse o governo desta malfadada colonia, em que uma serie interrompida de homens respeitaveis taes como os senhores visconde da Villa Nova d'Ourem, conde de Torres Novas, e conselheiro Pestana, teem affrontado desconsiderações, a que se não exporiam se da Europa não tivessem sahido.

Concluirei lamentando, sr. redactor, que os homens cultos d'este paiz, que, como v., possuem uma superior intelligencia, se recusem a reconhecer os escolhos que um tão pernicioso systema hade necessariamente oppor ao progresso e felicidade de sua patria; e affiançando a v. v., que não viria de novo á imprensa, se não comprehendesse como um dever sagrado em todo o homem amante da ordem, o desvanecer as más impressões, que no animo do publico ignorante podem causar injustas acusações, e o combater o máu systema de desprestigiari o delegado do Soberano em paragens tão distantes da mãi patria, e onde é mister que na auctoridade rezida a força moral perdida a qual bem podem occorrer irreparaveis damnos.

Pondá, 19 de janeiro de 1867.

De v.

mt.^o att.^o v. c.

Carlos Pedro Barahona e Cosia.

3.^o ARTIGO.

(India Portuguez a n.^o 23 de 13 de Fevereiro de 1867.)

Sr. redactor.— Ainda se não esgotaram os poucos recursos discursivos de que disponho para que deixe sem resposta o artigo do seu periodico, que combate a minha ultima correspondencia. E não deve v. admirar-se que assim succeda, quando tenha em vista, que o trilho que hei seguido não está semeado de sinuosidades que me difficul-tam o passo. (8)

(8) Bem fundadas suspeitas, de que o artigo a que está responde

Admira-se o auctor do artigo, que eu entendesse necessaria a nomeação de governadores nocturnos, cuja occupação se limitasse á perseguição dos ladrões; e que nomeações taes repahissem em homens, que possuissem o maravilhoso requisito de multiplicar-se &; e eu admiro-me de que o auctor do artigo acreditasse sincera em mim a convicção d'uma tal necessidade, e respondo com a seguinte bem adequada parodia a um dos trechos do artigo que tenho á vista: *A opinião de que é necessario que o governo da metropole nomeje governadores nocturnos, bem vê o nobre contendor, que foi uma energia da expressão, permittida em todas as discussões em que se apresenta a necessidade de combater um absurdo com que mal se casa uma refutação seria, com o fim de dar maior realce ao principio que se quer fazer triumphar; não tinha pois o auctor do artigo de a combater com tão grande despendio de munições, nem mesmo chamal-a disparate.*

Uma accusação mal fundada, que revela o proposito de abater caracteres que estão muito sobranceiros ás fragilidades que lhes arremessam, sem procurarem conseguilo por meios convenientes, e subordinados a uma razão esclarecida e imparcial, não podia ser combatida, senão por essa idea singular.

A minha paciencia, sr. redactor, já se não aguça com pequenas pirraças. Onze annos de residencia na India a têm tornado inflexivel, mediante o auxilio d'uma bem entendida philosophia, para encarar com impassibilidade pequenas misérias, que apenas desafiavam desprezo. E se não fosse assim, sr. redactor, cóm certaza me escandalisaria a palavra *boçal* pelo auctor do artigo empregada com tão pouca circumspecção.

Já se vê por tanto, que não existe motivo para que me arrependa de ter firmado com a minha assignatura aquella idéa, e que a intelligencia que o auctor do artigo tem a bondade de reconhecer em mim, não deverá por tal motivo soffrer a minima quebra na sua auctorizada consideração.

Combinado o periodo que o auctor do artigo termina pelo seguinte modo; « mas é o seu somno moral (do governador), a sua inercia, e a sua irresolução em quaesquer negócios que faz relaxar toda a machina das nossas instituições sociaes » com a parte d'outro periodo, em que

não era obra da redacção da *India Portuguesa*, nos levaram a alludir a uma terceira pessoa.

Se nisto ha injustica, e d'ella pudermos ser convencido, não teremos duvida em a reparar.

se lá. Mas supponha o nobre contendor que um governador é incapaz de serviço pela sua idade provecida &c. resulta um encontro ou briga d'idéas que denuncia a existencia, como já disse, d'um premeditado, e pouco consciencioso proposito de guerrear a primeira auctoridade do estado.

E a não ser assim, como é que o auctor do artigo, attribuindo a inercia do sr. conselheiro Pestana á falta de força moral, a faz derivar logo em seguida da avançada idade de s. ex.^a?

Ignora acaso o auctor do artigo a existencia de homens da idade do sr. conselheiro Pestana, e mesmo de mais avançada, que em crises difficillimas têm desenvolvido uma força de vontade, uma resolução e uma energia enperiores a toda a expectativa?

Não lhe diz a historia, que o grande marquez de Pombal já declinava na idade quando reedificou Lisboa, e expulsou os jesuitas; e que contava 70 annos quando reformou a universidade de Coimbra? Que seu neto, o bravo Marechal Saldanha, apesar dos seus 76 annos, é embaixador em Roma, e que todos os partidos em Portugal reconhecem e respeitam a sua energia? Que o sr. Joaquim Antonio d'Aguiar, mais velho do que o sr. Pestana, preside ao conselho de ministros, e lhe cabe a iniciativa em utilissimas medidas governativas? Não lhe diz a historia de França, que o astuto Talleyrand foi aos 80 annos embaixador em Londres em circumstancias, que demandavam muita energia; e a da Austria, que o marechal Radeiski, com igual idade, governou muito energicamente as provincias italianas sujeitas áquelle imperio? (9)

Se pois o auctor do artigo, como creio, sabe tudo isto, e muito mais, para que procura na idade do sr. conselheiro Pestana a origem d'uma falta d'acção que só s. sr.^a teve a habilidade de descobrir, e que em tão formal opposição está com as continuas queixas da India contra os vexames e despotismos do governo, e invações d'este nas attribuições de outros poderes? Ao menos nesta parte deveria o auctor do artigo conceder actividade e energia ao sr. Pestana, para assim tirar o cunho de verdade á nossa affirmativa, de que a opposição aos actos e pessoa de s. ex.^a pecca por apaixonada, caprichosa e pouco conscienciosa.

(9) Milhares d'exemplos poderíamos apresentar em abono do que affirmamos, se os curtos limites d'um artigo de jornal o permittissem,

Passando a um outro ponto, direi, sr. redactor, que o auctor do artigo, tomando por medida infallivel dos trabalhos do governo as peças publicadas no respectivo *Boletim* official, mostra não ter conhecimento de serviço de gabinete e secretaria. Ha nos *Boletins* peças muito longas e estiradas, que bem pouco trabalho demandaram; ao passo que outras, circumscriptas a um limitado numero de linhas, exigiram largos estudos, e profunda meditação, assim como um sem numero de resoluções e despachos, que foram precedidos de muito estudo.

O auctor do artigo não ignora por certo, que o systema de centralisação, tão vigorosamente defendido pela imprensa da India, colloca o governo d'este paiz n'uma dependencia absoluta de da metropole, em que só reside o poder para decidirem os mais importantes negocios, e que estes se reeentem da nenhuma importancia que ali se dá a tudo quanto respeita ao Ultramar. Bastaria esta forte consideração, de todos sabida, e o habito inveterado em todos os ultra-patriotas indianos de clamarem contra os governadores, que em beneficio do paiz confiado a seus cuidados adoptam provisoriamente uma ou outra reforma, para respeitarem um governador, que tão litteralmente se subordina á lei; mas se isto fizessem, prejudicariam o costume mais inveterado ainda, de guerrear a auctoridade, proceda ella como proceder; e nisto está o auctor do artigo em perfeita concordancia com os taes ultra-patriotas indianos.

Voltando porem ao ponto de que me ia desviando, direi, sr. redactor, que se o auctor do artigo consultasse com mais attenção os *Boletins* do governo, veria que elles contêm medidas da actual governação, em que se attendem grandes interesses.

O regulamento dos pagodes, de que na sempre lembrada governação transacta se publicaram alguns artigos, foi agora sancionado pelo sr. conselheiro Pestana. Os pagodes, alem do interesse religioso que têm para a numerosa e importante classe dos gentios, têm tambem o interesse economico da administração de avultados capitães, que exigiam a protecção de leis regulamentares, que matassem o arbitrio, muitas vezes espoliativo, de seus administradores; e o sr. conselheiro Pestana, conscio d'esta verdade, oppôz-lhe o remedio, que todas as conveniencias aconselhavam. Melhorou tambem o systema d'administração das confrarias catholicas, e se a memoria me não falha, sr. redactor, esta medida foi recebida com applauso pelo periodico que v. redige. Regu-

lou o provimento das cadeiras d'instrução creadas pelas camaras, confrarias, e juntas de parochia, dando ao ensino publico garantias de que muito necessitava.

Muitas outras providencias, ainda que modestas, mas uteis, se acharão nos *Boletins*; quando compulsados sem a prevenção que defeitaa a argumentação do auctor do artigo.

Passarei agora á parte do artigo, em que o seu auctor se mostra pertinaz em deprimir o merito, e aptidão que todos os homens de pura consciencia reconhecem no sr. conselheiro Rivara, para o cargo que exerce de secretario do governo.

E' de todos sabido, e por consequencia do auctor do artigo, que todos os negocios administrativos passam pelo mão do sr. Rivara antes de chegarem á presença do governador, acompanhados das informações destinadas a encaminhar a sua conveniente decisão; e que o sr. Pestana se não poupa ao trabalho de os examinar antes de os resolver. (10)

O serviço de expediente ordinario e extraordinario, não é tão simples e facil, que não requeira muito tempo, e muitos conhecimentos da parte da pessoa a quem está commettido. E não consta que o sr. conselheiro Rivara, que não veio á India em busca de reputação, carecesse d'um preceptor para desempenhar com a regularidade com que o tem feito as obrigações do seu alto cargo.

A animosidade que ao termo de 11 annos se tem apresentado por parte d'um ou outro ultra-patriota contra o sr. secretario do governo, revela a existencia d'alguma pretensão malograda, e não a falta de merito, ou de capacidade em s. ex.^a. A prova do que avango está na impotencia das accusações que lhe fazem, bem semelhantes ás queixas que os rapazes nas escolas dirigem aos mestres, para vingar-se de um ou outro aggravo recebido de seus discipulos.

Questões de tal natureza, apoucam o jornal que as admite e protege, e exaltam o character d'aquelle que se pretende aviltar.

O sr. conselheiro Rivara deve estar muito satisfeito do

(16) O sr. conselheiro José Ferreira Pestana é tão assiduo no desempenho de seus deveres, que, prescindindo de banaes formalidades, quasi sempre companheiras d'um orgulho ridiculo, desce muitas vezes á secretaria, e ali se demora a resolvêr os negocios publicos, e a ordenar a sua prompta expedição.

Muitas vezes o temos presenciado, e por isso o affirmamos com tanta segurança.

que de si se tem escripto: são cousas tão pequeninas, e tão inclassificaveis, que attestando a falta de accusações d'alguma importancia, bastam para fazer a honrosa apologia de s. ex.^{ta}.

Conclue o auctor do artigo com uma lição de direito constitucional. Agradeço a lição, mas rejeito a injuria, e me apresso a desculpal-a attento o espanto de que se possuo ao lêr as minhas herézias politicas.

Diz o auctor do artigo « Pois, senhor, é pensamento corrente que o rei constitucional reina, e não governa. O rei é impeccavel, o rei não tem responsabilidade, o rei não pode ser arguido e por conseguinte não governa.

« Se se admittisse o principio contrario, isto é, se o rei governasse, não havia debate, não havia censura, e podia-se já tratar de fazer aprestos funebres á nação. »

E' a quanto se reduz toda a sciencia politica do auctor do artigo! Pois, senhor, digo eu agora tambem, saiba que não é tão corrente, como diz, o pensamento de que o rei constitucional reina e não governa. Isso depende do modo porque são concebidas as constituições. Se a nossa assim o dispõe, não o dispõem outras, e nem por isso se trata de fazer aprestos funebres ás nações que por ellas se regem.

A constituição do imperio francez diz expressamente, que o imperador é responsavel; e por tanto reina e governa, sem que por isto se trate de fazer aprestos funebres á nação franceza. O rei da Prussia reina e governa; e não me consta, nem eu julgo, que as descargas dos canhões raiados, e das carabinas d'agulha, ha pouco disparadas pelo seu aguerrido exercito, significassem os funeraes da nação prussiana.

Do pouco que hei dito se mostra, que ainda que eu seja cidadão boçal d'uma monarchia constitucional, ha alguém mais boçal do que eu.

Terminarei, sr. redactor, dizendo, que o facto que muito me honra de haver defendido a sabia governação do sempre lembrado conde de Torres-Novas, não é titulo que me incapacite de defender a do sr. conselheiro Pestana, que dignamente tem sabido manter o devido respeito ás sabias medidas de seu illustre predecessor, e que por falta de recursos, e não de intelligencia, se tem avantajado menos em commettimentos de grande interesse publico.

Como o meu illustre adversario, estou muito longe de querer offendel-o; e por isso me apresso a pedir-lhe desculpa d'alguma frase menos harmoniosa, que por infeli-

cidade me tenha escapado ; e lhe asseguro, que me conservarei firme no posto que occupo, para defender com vigor e energia as minhas puras convicções, e não para o offender e vituperar.

Pondá, 3 de fevereiro de 1867.

D. v.

mt. att. v. c.

Carlos Pedro Barahona e Cosia.

4.º ARTIGO.

(India Portugueza n.º 322 de 27 de Fevereiro de 1867.)

Sr. redactor.— A leitura dos primeiros periodos do artigo com que no ultimo numero do seu periodico se responde á minha correspondencia inserta no mesmo, convidou-me a examinal-a de novo, para poder apreciar a razão com que sou accusado de a ter eivado de azedume ; e confesso a v. que não posso conceder o cunho de verdade a uma tal asserção, muito mais por me lembrar que fui superior á impropriedade do termo=*boçal*=, que agora vejo não me ser applicavel, posto que isto não harmonis^e com o emprego da desatenciosa palavra=*disparate*=, tantas vezes repetida no artigo que tenho á vista.

Esquecido pois, como convem que seja, este incidente a que não pude recusar uma ligeira attenção, aproximar-me-hei do que a exige em escala mais vasta, e ainda assim me limitarei a analysar um ou outro ponto do referido artigo, deixando intacta a fragilidade d'aquelles de que me não occupar, isto para circumscrever a presente questão ao que pela sua importancia for digno de ser discutido, e para a não eternizar.

Partindo pois d'este principio, não posso deixar de dizer, sr. redactor, embora me repugne, que lastimo, que duas preciosas columnas do seu periodico se inutilisassem, enchendo-as o auctor do artigo de que hoje me occupo com uma alluvião de considerações sobre os ratoneiros e ladrões, que nas leis, que o sr. governador geral respeita e mantém, encontrarão a devida punição ; e sobre o alvitre que apresentei, de requererem os patrioticos declamadores, a quem nenhum governador agrada, a criação da entidade=*governadores nocturnos*=; alvitre reconhecida-mente ironico, a que so o meu illustre contendor podia dar uma interpretação differente !

Não recuso ao auctor do artigo a *faculdade de combina-
ção*; respeito mesmo a sua intelligencia; mas lastimo
que circumstancias por ventura alheias á sua vontade e
convicções, o collocassem n'uma posição tão precaria;
que me não surpreenderá o vel-o capitular, e me dispo-
nho para entregar-lhe n'este momento, que não reputo
distante, a palma do triumpho; palma virente e nobili-
taria, que o illustre contendor jubilosamente arvorará
como symbolo da victoria alcançada por uma razão es-
clarecida sobre paixões pequeninas, que a offuscavam.

Não disse, sr. redactor, que uma idade avançada não
possa justificar a falta de força moral, ou quebramento
d'espírito. Uma tal affirmativa importaria um absurdo,
que a minha fraca razão não está disposta a perfi-
lhar.

O que disse, é que em muitos homens de idade mais
avançada do que a do sr. conselheiro Pestana, se tem
visto uma energia e actividade superiores a toda a ex-
pectativa.

O que disse, o que repito, e o que direi tantas quantas
vezes bastem, para que o nobre interlocutor se contente,
é que a idade provecia não é companheira inseparavel da
inactividade e da inercia, e que a não vejo tão vulgar-
mente abraçada com estas duas fraquezas moraes, para
que a repute uma razão de incapacidade absoluta, como
erradamente parece querer afirmar o meu contendor.

O sr. conselheiro Pestana mesmo, sr. redactor, cujo no-
me respeitavel me magoa ver invocado com tão pouca
circumspecção e acatamento pelo meu antagonista, é
uma prova frisante do que avanço.

A facilidade e promptidão com que s. ex.^a, a qualquer
hora do dia, dá audiencia aos que lhe recorrem: os
judiciosos despachos lançados de seu proprio punho em
centenares de requerimentos; as repetidas visitas a to-
das as repartições e estabelecimentos publicos da capi-
tal, e a superintendencia muito esclarecida, que exerce
em todos os negocios da publica administração, tudo
prova que não proferi um despropósito, ou *disparate* cõ-
mo a nimiamente delicada linguagem do meu attencioso
contendor pretende explicar o meu proceder!!!

E não será, sr. redactor, um erro imperdoavel no meu
illustrado antagonista o afirmar, que é principio obe-
decido o conceder-se a aposentadoria a todo o funcio-
nario que conta um certo numero d'annos de serviço?

Ignora acaso o illustre articulista, que para o funcio-
nario publico ser aposentado, é necessario, que alem de
certo numero d'annos de serviço, padeça molestia grave
e incuravel, e que mesmo aos militares só é concedida á

reforma sem incapacidade phisica, quando aos trinta e cinco annos de serviço reunam cincoenta e cinco d'idade? Não creio que o ignorasse, e mais facilmente acreditado, que se propôz experimentar se a minha ignorancia era tão crassa, que deixasse passar sem correctivo este monstruoso erro, que tão mal harmonisa com os conhecimentos do meu erudito adversario.

O *Jornal do Commercio*, diz o illustre articulista, perguntou aos seus leitores, n'um artigo que a *India* houve por bem transcrever se o presidente de ministros, o sr. conselheiro Joaquim Antonio d'Aguiar, em idade tão adiantada, poderia governar a contento do publico; e d'esta pergunta conclue o meu illustre adversario, que o nobre presidente está á testa do governo portuguez como symbolo d'um principio, e não sei mesmo se como reflexo de fraca chamma. Ergo o sr. conselheiro Aguiar não tem accão, não interfere, nem a sua opinião é consultada pelos ministros a quem preside nos negocios da publica administração; e não interfere, nem é consultado, porque a sua idade é propecta!!! Assim o disse o *Jornal do Commercio*, n'um artigo que a *India* houve por bem transcrever, e por tanto, cesse tudo o que a musa antiga canta, que o jornalismo citado se levanta.

E com todo o sr. Joaquim Antonio de Aguiar tem podido manter-se á testa do governo, apesar de tres recomposições successivas, e exerce o importante cargo de conselheiro d'estado effectivo.

Tenho notado com desgosto no meu illustre antagonista sr. redactor, o sestro de adular o que escrevo, para mais facil se lhe tornar a refutação! (11)

(11) O sestro de adular, ou falsificar não surprende antes é recebido como um acto natural pelos que conhecem a facilidade com que na *India* se vencem muitas questões mediante o testemunho falso!

Falsidade é um attributo vulgar, de muitas consciencias neste paiz!

A imprensa de Gôa, mais interessada do que nós em occultar esta monstruosa e incuravel lesão moral, a tem frequentes vezes denunciado, e stygmatisado em artigos especiaes; fingindo não comprehender, que está eivada do mesmo mal.

Para corroborar o que fica dito offerecemos aos leitores o que o sr. Felipe Nery Xavier, uma das mais festejadas capacidades litterarias que a nossa *India* tem produzido, escreve em uma nota á 2.ª edição da bem elaborada—Instrução do Exm.^o Vice-Rey Marquês de Alorna ao seu Sucessor o Exm.^o Vice-Rey Marquês de Favors—Diz o sr. Felipe Nery: « *E' innegavel porem o que affirmo o illustre Marquês acerca da sua condição, pois em todas as epo-*

Em disse, que o grande marquêz de Pombal declinava na idade quando reconstruiu Lisbôa, e expulsou os jesuítas; e que contava 70 annos quando reformou a universidade de Coimbra; e na refutação d'esta parte da minha correspondencia, diz o illustre articulista: « *Nem o marquêz de Pombal reedificou a cidade de Lisboa quando decrepito* (note-se o que escrevi, e confronte-se com o que escreve o meu contendor!!). e continuando, diz, que o

cas muitas querelas, e falsidades tem sido neste Paiz o meio de vingança, a parte de seus habitantes, que não tem em em que occupem o tempo, e são pertinases nos seus desejos apaixonados; assim como um grande numero das demandas civis são filhas de trapaça calculada, e serve de passatempo, e subterfugio para se evadirem, ou ganharem tempo, aos que não querem satisfazer o que lhes cumpre, ou tem em vista usurpar o alheio, especialmente nas Novas-Conquistas, concorrendo muito para as simples disputas chegarem a este excesso. os máos conselhos dos directores das partes contendoras (salvo raras excepções) (a), que nisso tem estabellecido o meio de sua vida.—E essa condição, de que fallamos, infelizmente (atenção) desde 1845, teve larga margem nas eleições politicas, para descomedidamente se desenvolver como temos apresentado na nota 217 »

Na referida nota 217 diz o sr. Felipe Nery Xavier. o seguinte: » O conteudo deste parographo, e dos precedente he um testemunho fidedigno do estado das cousas, e pessoas na epoca contemporanea. Hum eminente e experimentado Magistrado, que habitou este torrão no primeiro quarto do presente seculo, emittio o seu juizo pratico acerca desta terra nestas misteriosas palavras —Paiz das Raridades—, e se nós folheassemos as paginas da historia dos ultimos vinte annos poderíamos, certamente, comparar as duas primeiras epocas com as idades de ouro, e prata, e a ultima com a de ferro! (muita attenção). Não é possivel descrever o espirito desregrado das eleições populares, e a que augem de desmoralisação tem feito chegar assim as corporações em geral como os habitantes em particular. O seguinte trecho de um documento official é garante do que asseveramos.. —Até aqui o effeito das ditas eleições tem sido diminuir o prestigio e a força das authoridades, exacerbar os odios das Castas, desmoralisar os Empregados, e fazer o Governador Geral faccioso por necessidade.. — e o nosso leitor achará ainda sobre isto a mais completa prova, se tiver a paciencia de passar uma ligeira vista pela administração e contabilidade das Camaras Municipaes, e Agrarias, pelas das Comunidades das Aldeas, Fabricas das Igrejas, Irmandades, e Institutos Pios, assim como pelos processos, testemunhos falsos, pretenções, e queixas, que envolvidas em enredos são a todo o momento apresentadas ás Authoridades &.. »

(a) Diz o sr. Felipe Nery que são raras as excepções. O sr. Felipe Nery é filho da India; ama a sua patria e os seus patricios; mas tem mais amor á verdade.

terremoto succedeu em 1755, e que o marquêz contava então 56 annos, periodo da vida em que o homem declina, como passo a demonstrar.

Segundo a opinião de homens muito competentes na materia, e entre elles do sr. Marquês, distincto facultativo militar portuguez, que por seus vastos conhecimentos foi escolhido pelo governo par fazer parte d'um congresso medico, em que ha poucos annos, as principaes nações se fizeram representar; segundo, disse, a opinião de homens competentissimos, e entre estes, do sr. Marquês, a vida do homem principia a declinar aos 33 annos. Assim o diz o abalisado facultativo n'um seu opusculo sobre hygiene militar; e por tanto não foi *disparate* o dizer, que o marquêz de Pombal, aos 56 annos, declinava na idade.

Eu, sr. redactor, é que vejo um erro historico na segurança com que o nobre interlocutor affirma, que o marquêz de Pombal governou até 1678!!!

Admittido mesmo como erro de composição typographica o algarismo=6=na centena d'esta data, resta ainda um erro, como vou demonstrar.

O sr. Antonio Augusto Teixeira de Vasconcellos, que, como politico, e litterato tanto avulta entre os homens eminentes de Portugal, na sua interessante obra=Les Contemporains, tome premier, Le Portugal et la Maison de Bragance=na pagina 605, diz, que o marquêz de Pombal foi demittido por D. Maria 1.^a em 4 de março da 1777, poucos dias depois da morte do rei D. José, que teve logar em 23 de fevereiro d'aquelle anno, e não em 1678, como se lê na *India*, nem mesmo em 1778, como deve lêr-se quando absolvido o erro typographico.

Diz o meu adversario, que eu estou em briga com os factos que reconheço, porque nunca neguei a pouca energia do sr. conselheiro Pestana, e que apenas discordo sobre a sua origem, por não querer que ella seja a idade propecta de s. ex.^a. (12)

Em todo este arrasoad, sr. redactor, rezide a mais

E' porem mister que ao fechar esta nota digamos, que se entre os habitantes da India ha muitos que se acham affectados de tão nocivas enfermidades moraes, não faltam outros, que pela excellencia de seu character se tornam dignos de consideração e respeito.

(12) Haverá *disparate* maior, do que pretender que acceitamos o que não impugnamos? Haverá razão que possa forçar-nos a emittir opinião sobre um determinado objecto, e que nos recuze a faculdade de só a emittir quando o queremos fazer? Não, e a resposta mais simples e apropriada, que a perguntas taes pode dar-se.

palpitante adulteração, e superabunda uma falta de respeito pela pessoa do delegado do rei, que me convida a dizer com o poeta arabe Abu Nnavas: « *Abandonamo-nos, senhor, a commetter faltas, porque temos visto que o perdão segue de perto.* »

Se não neguei a pouca energia do sr. Pestana, sr. redactor, não pode inferir-se d'aqui, que a reconheço, e muito menos, que a attribuo á fraqueza natural do espirito de s. ex.ª

Tambem não é razão bastante o ter eu apresentado os nomes d'alguns homens d'idade avançada e energicos, como opposição á idéa que o meu contendor pertende erradamente estabelecer como principio, de que só por excepção de regra existe um ou outro homem idoso dotado de energia e actividade, para que se diga, que eu comparo o nobre governador geral da India a um Pombal, a um Talleyrand, &c; e permita o meu contendor, que eu corra um véo denso e impenetravel sobre a parte final do periodo a que me estou referindo, e sobre todo o que se lhe segue, para me poupar a applicar-lhe a seguinte sentença, com que ha pouco deparei na pagina 245 do 1.º vol. do *«Archivo Popular»* *Devemos decidir-nos sempre pelas opiniões moderadas; porque em geral, tudo que é extremo, é quasi sempre vicioso.* » (13)

O sr. conselheiro Pestana não será um reformador, d'esses que por seus altos commettimentos criam uma epocha; mas, na minha opinião desassorbrada de paixões e preconceitos, é s. ex.ª um governador prudente, discreto, tolerante, esclarecido, e muito cuidadoso em conservar os bellos monumentos, de que seus predecessores enriqueceram este paiz quando o thesouro abundava em recursos, que hoje não tem, e sobre os quaes é mister exercer uma constante vigilancia, que exige avultadas despesas, para que a acção do tempo, e as consequencias do abandono os não inutilisem.

(13) Reconsiderando. julgamos de maxima conveniencia apresentar aos leitores a seguinte insolencia como especimen da mais desaforada petulancia. Eil-a, litteralmente copiada do periodico— *A India Portuguesa*—:

« *He pena que a illustre commissão encarregada de preparar objectos para a exposição de Pariz concluisse tão cedo os seus trabalhos, e não tivesse tempo para mandar entre as preciosidades da India o ente (o sr. conselheiro José Ferrera Pestana, delegado d'el-rei no estado da India !!!) que acaba de crear o sr. Barahona &c.* »

Haverá maior descomedimento de frase? Haverá ousadia, que tão proxima esteja da mais estúpida e malevola brutalidade?

Se o nobre contendor fosse imparcial, modificaria os furros, com que aggrida a actual governação, attendendo a que a receita proveniente da venda dos bens nacionaes está extincta; a que o augmento nos dizimos é em parte desfalcado com a diminuição nos rendimentos das alfandegas, apesar dos bons officios do zeloso e intelligente chefe d'aquellas casas fiscaes; a que a despesa militar e outras, apesar de ser mal pago o exercito, e outras classes, tem augmentado consideravelmente n'estes dois ultimos annos; e a muitos outros motivos, que justificam o desfalque do thesouro, e a falta de empreendimentos materiaes de vasto alcance, e publica utilidade.

Se o nobre governador dispozesse do poder e do dinheiro, de que dispôz o marquêz de Pombal, e nada fizesse em beneficio de seus governados, seria eu o primeiro a accusal-o, embora d'ahi me resultasse a sorte, que na epocha d'aquelle ministro muitos encontraram no forte da Junqueira; mas, como não succede assim; como sei que s. ex.^a se vê na impossibilidade de realisar seus bons desejos por falta dos necessarios meios, e não por inercia, ou amollecimento de espirito, entendo cumprir o dever de bom cidadão oppondo razões solidas e substanciaes á paixão que dá impulso aos arrojios de seus officiosos detractores.

Diga agora o illustre articulista, que eu acceito como factô a inercia do sr. conselheiro Pestana, e que só discordo na sua origem; e se algum documento firmado com a minha assignatura pôde provar, que eu tivesse já uma opinião opposta, elle que appareça, e sem demora.

Admira-se o meu adversario, de que eu não faça do *Boletim* do governo o barometro por onde se aprecie a maior ou menor força d'actividade da chefe do estado; e, discorrendo livremente sobre alguns pontos que não merecem refutação, toca na má organização do serviço postal interno, fazendo disto cavallo de batalha!

Convem por tanto dizer-lhe, que ha annos, quando o actual governador succedeu ao sempre lembrado côm saude de Torres Novas, um dos seus primeiros cuidados foi confectionar e submetter á consideração do governo da metropole um regulamento para o serviço postal interno, em que o systema das estampilhas é adoptado, e se teve em vista estabelecer a mais conveniente regularidade n'este importante ramo do serviço publico, até á entrega da correspondencia nas mãos

dos interessados. (14)

Este importante projecto está dormindo em Portugal ha dois annos, para acordar, talvez, d'aqui a mais um, a regular-mo-nos pelo tempo que dormio o pedido d'authorisação para ser convenientemente organizado o serviço da alfandega da Praganã, em Damão, que, tendo sido feito em 7 d'outubro de 1864, foi deferido em 8 de janeiro de 1867, como se vê da portaria publicada no ultimo *Boletim* !!!

A exemplo do projecto e pedido a que acabo de referir-me, muitos outros existem pendentes sem resolução, que, a terem sido publicados no *Boletim do Governo*, teriam imprimido á folha official, ao governador e ao seu secretario o character que o nobre articulista lhes nega.

Entende o nosso interlocutor, que não é pequena a jurisdição dos governadores geraes; esquecido por certo, de que a *India* applaudiu com frenetico enthusiasmo a baixa e asquerosa interpeção, feita pelo sr. Francisco Luis Gomes, contra os actos do sr. conde de Torres Novas e da junta da fazenda publica, na qual, um dos pontos mais importantes e graves, era o ter aquelle sabio governador creado o lugar de servente da relação do estado, isto é, ter determinado, que se pagasse pelo thesouro publico a um *begarim* que tivesse por occupação o varrer as salas e corredores do edificio, em que a relação do estado faz as suas reuniões!!! (15)

Isto sr. redactor, parece incrível; mas é um facto! E digam lá que são limitados os poderes dos governadores geraes!..

O que eu tenho observado, sr. redactor, é que os governadores geraes d'esta colonia, e em geral as primeiras

(14) De facto muito carece o serviço postal n'este paiz d'uma completa reforma, embora produza algum augmento de despesa. Do modo por que hoje se acha organizado este importante ramo do serviço publico, resultam mil transtornos, muitos dos quaes causam gravissimos prejuizos, que para não alongar esta nota nos dispensamos de enumerar.

Do reconhecido zelo do actual sr. ministro do Ultramar esperamos a approvação da proposta sobre a reforma do serviço postal, que ha dois annos d'aqui foi remettida.

(15) Sobre isto veja-se o que diz um documento official importantissimo nas palavras que em seguida apresentamos aos leitores: « A Junta (da fazenda publica de Gôa composta dos srs. conde de Torres Novas, conde de Serzedas, João Maria de Sequeira Pinto, Thomaz Nunes da Serra e Moura, e Luiz Maria de Araujo.) não se faz cargo de demonstrar a inconsideração do deputado, que, dominado de paixão, divaga por uma serie de factos, que

auctoridades, procedam como procederem, hão de sempre encontrar opposição por parte de certa gente.

Se o governador é activo, e emprehe reformas, aqui d'el-rei ! que exorbita : se é respeitador da lei, e não faz mais do que a lei lhe permite, aqui d'el-rei ! que dorme !!!

Esta é que é a verdade ; e verdade que está reclamando a adopção de leis especiaes para as colonias, que ponham termo ao abuso e á licença, com que se julga muito lieito, muito natural e muito conveniente á causa publica o estarem insultando grosseira e injuriosamente as auctoridades, confiados na impunidade.

Isto assim não pode por muito tempo subsistir ; e eu chamo a seria attenção do governo de sua magestade e das camaras, para tão graves desregramentos, que, a não serem energeticamente reprimidos, affastarão da direcção dos negocios publicos d'esta pequena colonia todos os homens, que presando a sua honra, a não queiram vêr á mercê de inconscienciosos especuladores ; e então uma irremediavel anarchia arrastará este pobre paiz ao mais temeroso abysmo.

Para que se não creia que as minhas palavras são sub-

denominou infracções de lei, em lugar de se circumscrever nos limites da sua interpellação anteriormente annunciada.

« Tambem não desce da sua dignidade para ir ao encontro do deputado, a fim de lhe fazer sentir que ninguem melhor do que elle sabe que a Imprensa da India, a que se referio, é aquella que, longe de advogar os interesses do-seo paiz, trata somente de menoscabar com tenacidade o Governo do Estado, e as auctoridades, esforçando-se extremamente por lhes fazer perder o prestigio de que carecem, e por enervar a acção governativa e a da justiça.

« E ainda mais : a Junta não entra na analyse das falsas informações dadas á camara nesta occasião pelo deputado Francisco Luiz Gomes, depois que na mesma camara o Ministro da Marinha e Ultramar veio declarar que este deputado enganara o parlamento, por quanto a proposta de lei n.º 28 — C — (Diario de Lisboa n.º 48 de 2 de Marco de 1864) significa que o dito deputado, rasgando a procuração de seus constituintes faltou á verdade, propondo com falsas bases um projecto de lei para a extincção dos mandados de casamento no districto administrativo de Góá, o qual projecto em virtude dessas mesmas bases obrepicias foi depois convertido em carta de lei.

« Depois de um tal acontecimento, novos nos fastos da historia parlamentar, este deputado está julgado pela nação, que admirado contempla pela sua obstinação em se conservar no seu posto, que outro deputado mais consciencioso teria abandonado depois de um tal revéz ».

ordinadas a qualquer resentimento ou paixão, apresento nas governações dos sr.^s visconde d'Ourem, conde de Torres-Novas e conselheiro José Ferreira Pestana, tres quadros identicos, que fallam com mais auctoridade do que ellas. Os dois primeiros governadores, encanecidos no serviço da patria, em que souberam nobilitar seus nomes, vieram á India tragar o fel, que os lançou na sepultura!! e o sr. conselheiro Pestana, que, como os dois primeiros, soube elevar-se na patria á altura a que só chegam os homens de honra, e de reconhecido merito, está tragando o mesmo fel, a que espero que a. ex.^a saberá oppôr o conveniente antidoto, para não soffrbr, como os seus dois illustres infelizes predecessores.

A ordem, sr. redactor, é a primeira e a mais necessaria garantia do equilibrio social. Logo que ella se altera ou destrôe, a sociedade soffre perigosa enfermidade. E² por tanto aos governos, que as sociedades estabelecem por sua conveniencia, que compete punir com toda a severidade os desregramentos attinentes a dissolvel-a, e a abater a soberania, que as mesmas sociedades lhes conferiram. (16)

(16) Para provar que não somos exagerado quando affirmamos que ha homens n'este paiz que na opposição á auctoridade fazem consistir o primeiro dever d'um cidadão, basta recorrer ao passado d'esta terra, e vêr que Bernardo Peres da Silva, considerado ainda hoje por um certo numero de seus patricios o mais estrenuo defensor das publicas liberdades em Gôa, se declarou protector do commandante da Fragata D. Pedro, por este se insurgir contra o governador geral do estado! Foi tão *cximio patriota* quem facilitou aquelle official a fuga para o territorio estrangeiro.

Em 1834 o mesmo Bernardo Peres dá um frisanle testemunho de quanto é verdadeira a minha asserção n'uma representação que dirigio ao imperador, em que se lê o seguinte:

« Certo como estou de que V. M. I. se dignará dár, á vista do exposto, todas as providencias, e quanto antes, a bem do meu paiz, eu me limito a implorar a V. M. I. como mais urgente, as seguintes: 1.^a A escolha d'uma auctoridade politica (não disse governador, por que tinha na mente a entidade=prefeito=que, com refalsadas lóas, poud empolgar). que ás suas luzes e genio (nem um nem outro d'estes requisitos possuia Bernardo Peres) junte virtudes, particularmente a docilidade, prudencia, act'vidade e zelo. 2.^a A nomeação de magistrados virtuosos, e o rendimento d'aquelles, que em Gôa evidentes provas tem dudo da sua pessima conducta. 3.^a Uma prompta reforma nas finanças, que se acham nas mãos de harpias &c. »

Por aqui se vê, que já em 1834 os governadores e mais auctoridades eram accusados de dispoem dos dinheiros publicos como de cousa sua; e d'então para cá raro terá sido o magistrado europeu,

A boa opinião de que gosa o sr. conselheiro Rivara, nem podia dispensar-me d'insistir na sua defesa; muito mais quando observo, que o meu nobre contendor se torna neste ponto cada vez mais refractario, denunciando a existencia d'algum despeito, que não procurarei investigar.

Vou, porem, ainda uma vez d'encontro aos excessos de linguagem, que não equivalem a um fraco raciocinio, e que se perdem no baixo campo das injurias, sem terem molestado o mais leve e insignificamente a reputação, que o sr. Rivara tem adquirido a preço de longos estudos, e d'uma util applicação para o paiz dos vastos conhecimentos que possui, de que todos os dias nos está offerecendo os mais brilhantes documentos.

No entretanto vejo com profunda magoa o nobre conselheiro mais uma vêz mimoseado pelo meu adversario com epithetos grosseiros, e improprios de serem dirigidos a um homem da sua posição e qualidades; e a verbado mesmo de suspeito!!!

Em tão affrontosos epithetos descobre-se o premeditado intento de abater o honrado caracter de s. ex.^{ta}; e, como em questões d'esta ordem toda a clareza seja necessaria, apresso-me a convidar o meu adversario muito positiva e formalmente, para que apresente ao juizo publico nos termos mais percebíveis tudo quanto possa ferir a honra do sr. Rivara como cidadão, e como empregado publico.

Acaso quando o sr. Mendes Leal apoiava a historica (a historia regista muito escandalo, e pouca vergonha) interpellação do sr. F. L. Gomes, não se lhe havia inollorado alguma pertença? Pergunta o meu illustre antagonista com infantil ingenuidade.

Mallogrou, sim, meu caro e subtilissimo senhor. Sabem

por mais creditos que em Portugal tenha adquirido, que na India não tenha sido considerado harpia por homens do jaez de Bernardo Peres da Silva!!!

Mas não fica ainda aqui: temos outras provas a adduzir em abono da nossa asserção. Eil-as:

Entre os muitos serviços attribuidos a Bernardo Peres, quando deputado, por seus adeptos, menciona o auctor dos Quadros Historicos de Gôa—a interpellação feita por aquelle monumento vivo de patriotismo indiano, sobre as pretendidas barbaridades praticadas pelo illustrado e bondoso conselheiro José Joaquim Lopes de Lima, quando governador da India, contra os povos de Canacona, e exprime-se nos seguintes termos:

« Bernardo Peres em premio das suas luctas patrioticas, com o

todos n'este paiz, e tambem em Portugal, que a erna guerra declarada pelo sr. Mendes Leal ao finado conde de Torres Novas, encontra explicação em não ter este apresentado, e defendido a eleição do illustre dramaturgo n'um dos circulos eleitoraes de Gôa. Mas passemos adiante.

Tenho-me occupado de todos os pontos do artigo, que podiam causar apprehensões pouco honrosas contra as pessoas que o meu esclarecido adversario tem o máu gosto d'agredir; restando-me apenas a parte que diz ser a mais curiosa da minha anterior correspondencia.

Sustenta o nobre contendor, que o rei constitucional não governa, fundando-se em razões, que me dispenso de reproduzir; e, entrincheirando-se na forma ou caracter dos governos francez e prussiano, e comparando-os com o nosso, conclue pelas seguintes magestáticas palavras: « *E depois disto diga o sr. Barahona que o rei de Portugal [quem fallou n'elle? Outra adulteração!] governa! elle que nem se quer responde por um acto de pura cortezia* » (!!!)

Antes de tratar do que se passa em Portugal, irei ao estrangeiro, e direi ao nobre adversario, que as idéas apresentadas por mr. Guisot, e que tanto vogaram em França nos reinados de Carlos X, e de Luis Philippe, encontraram no mesmo povo francez a falta d'apoio, de que resultou a queda d'aquelles dois infelizes soberanos.

E a não ser assim, a ser pelo povo francêz acceita e respeitada a irresponsabilidade dos reis constitucionaes, como a prégou mr. Guisot, convertendo-a mesmo em maxima de direito publico, como é que esse mesmo povo derribou do alto do sôlio aquelles dois monarchas constitucionaes, depois de lhes ter feito as mais pungentes incriminações? Responda o illustre contendor.

Ainda: Como é que o sr. Antonio Augusto Teixeira de

poder recebeu a aureola de tribuno, e com as insignias de caudillo professou na ara da patria amor aos povos e ás instituições liberaes, e odio aos desputas e aos hypocritas. « Isto é, aos governadores geraes, e mais auctoridades vindas da mãe patria.

Tal é o espirito de opposição a quem está investido do poder; tal a sanha contra os governadores gcræes especialmente. por parte de certos homens, que houve quem se arrojasse a attribuir á Providencia Divina a fractura que originou a morte prematura e desastrosa do infeliz barão de Sabroso! Esquecem mesmo os mais vulgares preceitos de humanidade, e julgam-se com direito a immundades, que sô podem ser concebidas por um orgulho louco, e por uma completa falta da consciencia do que são e do que valem.

Vasconcellos, n'uma das suas interessantes cartas, publicadas em 1863, na *Gazeta de Portugal*, recusa o seu apoio a esse principio, que o nobre articulista apresenta como infallivel, e como accedido por todos os homens de senao?

Será o sr. Antonio Augusto menos competente em questões d'esta ordem, do que o nosso illustrado adversario? O publico o julgará.

Bastava o pouco que tenho escripto para convencer o illustre articulista do erro em que labora, tomando por aforismo o que não excede as raias d'um sophisma constitucional; mas, como me chama para a constituição portugueza, peço-lhe que lance a vista para os artigos que respeitam ao poder moderador, ao executivo e ao legislativo, e que garantem ao rei o direito de poder declarar a guerra, nomear e dimitir os ministros, dissolver as camaras, e sobretudo para o direito do veto, que lhe permite regeitar as leis, que as camaras submettem á sua sancção; e para mais claresa transcreverei o seguinte: « Artigo 57—*Recusando o rei prestar o seu consentimento responderá nos termos seguintes: O rei quer meditar sobre o projecto de lei, para a seu tempo se resolver.*—Ao que a camara responderá que:—*Agradece a sua magestade o interesse que toma pela nação.*—Artigo 58—*Esta denegação tem effeito absoluto.* »

Em conclusão apresentaremos como uma das mais importantes provas que podemos aduzir, as seguintes linhas, extrahidas do relatório com que a junta da fazenda publica d'este estado se desaffrontou de injustas e desleaes accusações:

« *Estes principios, verdadeiros na generalidade, têm uma especial applicação na India Portugueza, onde, alem dos perniciosos prejuizos das castas e classes, que dividem e separam os seus habitantes entre si, tanto nativos, como europeus e seus descendentes, se tem manifestado nos ultimos tempos todos os elementos de reacção, e um insolito e fatal systema de aggressão exercido por meia duzia de homens extremamente ambiciosos, injustamente despeitados; sobremaneira desordirados; e reconhecidamente turbulentos e desordeiros, que só tem em mira illudir a opinião publica, ou tirar algum favoravel partido para as suas injustas pretensões, ou finalmente lançar os fundamentos de insanaveis perturbações.* »

O documento d'onde extrahimos as precedentes linhas, entre as de outros cavalheiros respeitaveis, tem a assignatura do finado conde de Torres-Novas, que, como os seus predecessores e successor, soffreu uma opposição injusta e atroz por parte da tal meia duzia de homens, que tão empenhados se mostram em rebaixar e aviltar sem dôr de consciencia o corpo social a que pertencem, confiados n'uma condemnavel e inconvenientissima impunidade.

Cumpre-me, ou antes, chegou-me agora a vêz de tambem exclamar: E diga agora o meu estimavel adversario, que o rei de Portugal reina e não governa, que eu irei vivendo firme no principio que tenho sustentado. E basta por hoje, afiançando que sou, sr. redactor,

Nova-Goa, 18 de fevereiro de 1867.

D. v.

att.º e v. c.

Carlos Pedro Barahona e Cosia.

5.º ARTIGO

(Índia Portugueza n.º 328 de 10 de abril de 1867.)

Sr. redactor.—Não serão fóra de proposito mais algumas considerações em auxilio dos principios e convicções que tenho defendido, uma vêz, que o meu illustrado antagonista procura com debeis argumentos convencer o publico de ter sobre elles alcançado um glorioso triumpho.

Pela minha parte, sr. redactor, é dever confessar, que me não vexaria a qualidade de vencido, quando um convencimento, filho da rigorosa imparcialidade com que tenho apreciado a força de nossa argumentação, me collocasse em circumstancias taes; succede porem, que um tal convencimento não existe, nem mesmo o creio possivel.

Tal é a solidez do terreno em que me hei firmado; tão patentes são aos olhos de razão as verdades que tenho defendido; que bem longe estou de receiar a derrota, que o meu nobre antagonista me vaticina.

Dadas estas explicações como prefacio necessario, entrarei na questão, tocando somente aquelles pontos, que me pareça não, estarem ainda sufficientemente discutidos, e procurando ser o menos prolixo possivel para, a exemplo do meu estimável contendor, não abusar da paciencia dos leitores.

Começarei pois por dizer, que n'umas tres e meia columnas do n.º 323 do periodico em que escrevo, occupadas pelo meu adversario com ideas contrarias ás minhas, só deparei com um periodo de quatro linhas, que merece a resposta que me apresso a dar-lhe. Tudo mais é materia já sufficientemente discutida, e vós d'uma exaltada posto que fertil imaginação, em que a arte se ostenta vigorosa, mas em que a razão baquea por fragil.

Essas quatro linhas dizem o seguinte:

« A caso o reconhecimento da falta de commettimentos de alcance em uma governação, não é signal de que se reconhece também a inercia do governador? (!!!) »

Não direi que esta pergunta importa um completo *disparate*, para não ter de solicitar do meu nobre antagonista a absolvição, que ha pouco lhe concedi d'um igual peccado de lesa-civilidade. Limitar-me-hei a classificar a de=irreflexão=, e a oppor-lhe a resistencia a que ella se presta.

Eu entendo, que a falta de commettimentos de grande alcance, e a inercia d'um governador, são duas especies que podem entre si ter intimas relações, e que podem também nenhuma ligação ter uma com a outra, como passo a explicar em duas palavras.

Pode um governador ser activo e habil, e vêr-se condemnado a pouco ou nada fazer pela pobreza do erario; pelas imperiosas exigencias do pessimo systema da centralisação administrativa, que lhe tolhe a acção, e mesmo pela condemnavel falta d'apoio a uma ou outra iniciativa de proveitô publico, como soccedeu na governação do finado, mas sempre saudosamente lembrado conde de Torres-Novas, sendo ministro do ultramar o sr. José da Silva Mendes Leal Junior, que bem pouco justo foi n' essa occasião para com um dos heroes, que regaram com o sangue a arvore da liberdade, cuja sombra tão benéfica tem sido ao illustre dramaturgo portuguez !!! (17)

(17) As mui sensatas considerações feitas pela junta da fazenda publica de Góia, que adiante transcrevemos, são tão repassadas de verdade, e de doutrinas tão geralmente acceitas, que nos dispensam de exhibir outras para provar, que só uma paixão muito vehemente podia conduzir um homem de tão vasta intelligencia, e de conhecimentos tão profundos como é e sr. José da Silva Mendes Leal Junior, ao ponto a que chegou. Diz a junta o seguinte:

« Senhor, a fim a que a Junta da Fazenda Publica do Estado da India hoje se dirige é solemne, justo, e sagrado :—ella vai pedir justiça a Vossa Magestade, e confiadamente espera que a justiça lhe será feita.

« Mas para que esta se lhe faça inteira, precisa a Junta demonstrar previamente que a acre censura, e a formal condemnação feita pelo Ministro da Marinha e Ultramar aos actos da mesma Junta, pelo modo por que teve lugar, foi anti-politica :—contraria a todos os principios do direito : contradictoria : pouco sincera :—extemporanea e inesperada :—e improcedente.

« Foi anti-politica :

« Por mais illustrados que sejam os Governos nas provincias

Pelo contrario do que acima disse, póde um governador vêr immensas cabedaeas nos cofres publicos, ter um cêgo apoio por parte do governo central, e nenhum uso fazer destes poderosos elementos em beneficio de seus governados.

E' n'esse caso que o epitheto de inerte lhe será bem applicavel.

Ora, pelas demonstrações que tenho apresentado, prova-se exuberantemente, que o sr. conselheiro José Ferreira Pestana, elevando-se até onde lhe permite o apoio que aos seus actos tem prestado o governo da metropole, não póde, por mais robustos que sejam os seus desejos, emprehender grandes melhoramentos materiaes, por lhe faltar o numerario, que elles exigem.

Adiante provarei que os fabulosos 433 mil xaraquins, que o meu illustre adversario diz ter o governo á sua disposição, para melhorar a sorte d'alguns empregados, e emprehender melhoramentos materiaes, não passam d'uma infeliz ficção. O nobre contendor sabe tão bem como eu, e como todos os que investigam o que ha de verdade na receita e despesa publica; verdade que dista muito do que está consignado n'um orçamento confeccionado ha 15 mezes, e em que se não auctorisaram despezas, que a imperiosa lei da necessidade, nascida d'imprevistas occorrencias, tem creado. (18)

ultramarinas; ainda que a sancção da sua auctoridade se firme em normas esclarecidas, sustentadas pelas leis, pela razão, e pela equidade; posto que da sua parte contribuam com tudo que possa constituir a felicidade dos povos confiados á sua solicitude; todavia se a força moral desses Governos não é integralmente mantida e sustentada pelo Governo da metropole, baldados são todos os seus esforços, e nulla se torna a sua acção governativa.

« As provincias ultramarinas assim governadas, sem força, e sem prestigio hão de vêr indubitavelmente sem reparo, como actos muito naturaes, e como consequencias absolutamente necessarias a corrupção dos costumes—os talentos menoscabados—a virtude e as leis desprezadas—os mandatos da auctoridade reduzidos a letra mostra—a justiça ludibriada e escarnecida—os povos condemnados por náções mais fortes por meio de uma inevitavel absorção. »

(18) O orçamento do estado da India do anno de 1866—1867 está bem longe de ser o que representa!

Se a receita publica se distribuisse pela forma que elle determina, leis haveria, que seriam desobedecidas, e um grande numero de funcçionarios luctariam com a miseria, ou se corromperiam.

Sobre tal objecto diz o meu estimavel adversario com aquella innocente simplicidade, que se nota em muitos pontos da sua argumentação, depois de fazer do orçamento do estado o alicerce d'um fragil castello, que a

Haveria desobediencia ás leis, por que se não pagariam as gratificações concedidas por uma carta de lei aos officiaes de artilharia, e que do orçamento foram problematicamente excluidas: haveria miseria ou corrupção decretadas pela fome, porque se não pagaria aos novos empregados de justiça, aos das novas alfândegas, por que se não daria ao soldado a ração reputada precisa para o alimentar & &

E decora-se o frontispicio d'um tal documento com o pomposo titulo de=Orçamento da Receita e Despesa Publica do Estado da India=.

Se nos orçamentos rezidisse a verdade pura e immaculada, que deve caracterisar as leis do estado, se n'elles se attendesse ás necessidades que determinam a sua confecção, e se se não subordinassem aos caprichos muitas vezes disparatados de eternos heradores, que só procuram brilhar pela apparente ostentação de estirados discursos em que o valor intrinseco equivale a zero, não se teria dado o escandalo parlamentar, que a nação presenciou em 9 de maio de 1864.

Agora que tratamos da distribuição da receita publica, não será fora de proposito apresentar aqui uma parte do relatorio sobre a reforma do systema tributario, apresentado ás cortes pelo sr. Fontes, na sessão de 8 de fevereiro ultimo.

Lê-se n'aquelle importante trabalho do esclarecido ministro, o seguinte:

« Um dos defeitos capitães da nossa organização consiste em pagar mal a quem serve, e largamente, proporções guardadas, a quem não trabalha. Segundo as regras de uma boa administração devia acontecer o contrario exactamente. O estado não deve ter senão o numero de empregados absolutamente indispensavel, porem esses devem ser largamente remunerados, em harmonia com as suas habilitações, com a sua responsabilidade, e com o seu serviço.

Assim se exprime o illustre ministro, tendo provavelmente em vista a maneira por que são em Portugal remunerados os servigos. Que diremos pois nós com respeito á India onde um coronel commandando corpo recebe mensalmente 53\$440 reis; um capitão commandando companhia 21\$973½; um alferes 13\$866½, um professor d'instrução primaria 3\$200, e um guarda d'alfândega 2\$400 !!! Na India, onde um arratel de pão custa 50 reis; um dito de chá 1\$200; um dito de assucar 93; uma garrafa de mão viinho 256, um arratel de manteiga 640; e todos os mais generos alimenticios na proporção dos que ficam mencionados, advertindo que todas as quantias apontadas vão reduzidas a moeda forte, ou de Portugal !!!

Podem as nossas colonias prosperar, quando entre o carpir de seus servidores se ouvem as horripilantes palavras=fome=miseria? !—Não o cremos.

mais leve brisa pôde desmoronar, o seguinte: « *D'aquí se vê que a lei destina a importante somma de 204 mil xera-fins annuaes para emprehimentos materiaes de vasto alcance e publica utilidade, que não sabemos onde se desperdiçam* »

E' pois mister que lhe apresente as seguintes despesas que no orçamento não figuram, mas que estão legalmente autorisadas:

Gratificação aos officiaes d'artilheria.....	20.000:0:00
Despeza para que as praças de pret do exercito recebem a ração d'arroz necessaria para sua alimentação.....	60.000:0:00
Augmento da despeza com o pessoal do hospital militar, e deposito de medicamentos.....	10.000:0:00
Dito no ramo judicial, com a creação de novos logares, e melhoramento de vencimentos dos já existentes.....	25.000:0:00
Congruas aos prelados europeus, que governam as dioceses de Cochim e Cranganor.	10.000:0:00
Vencimentos do pessoal das alfandegas de Timem e Canacôna.....	12.000:0:00

Somma 137.000:0:00

A relação que acabo de apresentar, e que differirá da verdade algumas dezenas de pardaos para mais ou para menos, visto não me ser facil recorrer aos registos das respectivas repartições, reduz os fabulosos 204 mil xera-fins, com que á primeira vista soffri uma desagradavel impressão, á muito inferior quantia de 67 mil xrs., que são absorvidos pelo custo das passagens dos funcionarios militares e civis, que recolhem ao reino, e que no presente anno subio a mais de 30 mil xrs.; no excesso sobre a quantia votada para rações de pão ás praças europeas da guarda municipal, no dito sobre a verba autorisada para farragens aos cavallos do exercito, com a amortisação de antigas dividas do estado & & &.

Vê portanto o meu nobre adversario, que antes mesmo de se manifestar a brisa ou a aragem, a que me referi, está o seu imponente castello completamente desfeito; restando-me acrescentar, para que d'elle não fique existindo o mais ligeiro vestigio, que o excesso da renda dos dizimos sobre os annos anteriores não deu ainda entrada no thesouro, e que por consequencia é extemporaneo absurdo o dizer, que o governo tem actualmente á sua disposição 433 mil xrs. para melhorar a sorte á alguns emprehados, e emprehender melhoramentos materiaes.

Quando a junta da fazenda publica dispuzer de tão

avultados recursos, e lhes dêr uma inconveniente applicação, é então que o nobre interlocutor deve accusar os membros respeitaveis d'aquelle tribunal com todo o vigor; mas, em quanto isto se não dêr, o acusal-os é, além de flagrante injustiça, uma aberração monstruosa do senso commum, que mal se casa com a intelligencia, que o meu adversario não deixa de revelár; e o attribuir os erros da junta, quando por ventura se dessem. ao secretario do governo, que não tem assento, nem voto n'aquelle tribunal, é procedimento que se não pode classificar, nem commentar: castiga-se com o silencio!!!

Attribue o meu adversario á falta de fiscalisação nas alfandegas a diminuição dos seus rendimentos, fingindo esquecer, porque assim lhe convem, que essa diminuição provem da crise porque o commercio tem passado na praça de Bombaim, que com a nossa está em intimas relações, e não da falta da fiscalisação, como affirma, no intuito de crear ao governo mais uma responsabilidade, e de lhe fazer mais uma accusação!!!

A affirmativa do meu estimavel contendor de que qual quer governador do ultramar, sem exceder os poderes que a lei lhe concede, é *mais poderoso do que o marquez de Pombal*, não passa d'uma artificiosa experiencia, por onde pretende aferir o grão da minha credulidade.

E' pois mister que lhe diga, que não reputo seria uma tal affirmativa; e que lamento que o meu nobre adversario queira rebaixar uma questão seria e grave, chamando-a para o campo do ridiculo.

Sabe o mundo inteiro quão illimitado foi o poder de que dispôs o marquêz de Pombal; e que o dos vice-reis da India, seus subordinados, era de caracter quasi real.

Os actuaes governadores geraes, que succederam aos vice-reis dispoem apenas d'uma ligeira sombra do poder d'aquelles, que, ainda assim, não podiam tanto quanto o marquêz, seu legitimo superior. E contudo o meu illustrado antagonista affirma, que é superior ao do marquêz de Pombal o poder dos governadores geraes!!! (19)

(19) « Tão grande no infortunio quanto fôra terrivel no poder, Pombal ainda logrou serenos dias no exilio, onde morreu na proecta idade de 83 annos, contentê de si mesmo, tendo que o Povo Português o não podia detestar, como seus inimigos propalavam, e bem convencido de ter adquirido direitos indisputaveis á immortalidade historica. e á gratidão do seu paiz, cuja civilisação elle promoveu incessantemente, abrindo immensas fon-

Eu não disse que o marquez de Pombal dispunha de meios quando foi nomeado ministro, como em obediencia ao mau sestro em que já uma vez fiz reparo, o meu adversario se abalança a afirmar!

O que disse, e repito agora, é que o grande estadista dispoz de avultados meios durante a sua longa gerencia; e, pelo estudo que tenho da historia patria, julgo-me habilitado a dizer ao meu illustre adversario, que estando o thesouro exaustivo de meios quando o marquez subiu ao poder; pelo enfraquecimento, que ha muito se experimentava, da outr' ora avultadissima renda dos=quintos de Brazil= que das poucas que havia era a mais productiva, e comprehendendo aquelle grande homem a necessidade de regularisar as finanças, de modo que Portugal podesse desindividar-se, e emprehender alguns melhoramentos de reconhecida utilidade, tributou o povo com o real d'agua, com o subsidio litterario, com as decimas, predial, e industrial que se denominava mendeio; e não satisfeito ainda com estas fontes d'avultada receita, mandou organisar novas pautas para as alfandegas, regularizou as sizas &c.

Todos estes tributos, que o habilitaram para as grandes empresas que tanta gloria lhe renderam, subsistiram até 1834, depois de cuja epocha uns se conservaram,

tes de prosperidade, ainda desconhecidas, ou, de longo tempo estancadas. »

Assim se exprime Lagrange na introdução às Instrucções com que El-Rei D. José 1.^o mandou passar ao Estado da India o Governador e Capitão General, e o Arcebispo Primaz do Oriente, no anno de 1774.

Tanto basta para provar, que o marquêz de Pombal, considerado por Lagrange=terrivel no poder=dispunha d'uma auctoridade muito superior á dos actuaes governadores geraes, a quem a nomeação d'um servente produz uma accusação perante o parlamento!

Se o grande marquêz subordinasse os seus actos á opinião dos falsos patriotas d'aquella epocha, que, por desattendidos, se constituíram seus encarniçados inimigos, teria Portugal proseguido no plano inclinado que ao abysmo o hia conduzindo desde os ultimos annos do reinado de D. João 5.^o; e o nome do marquêz não seria hoje, oitenta e cinco annos depois de sua morte, invocado com admiração e respeito por aquelles que da patria amam as glorias e a prosperidade.

Sirva pois este exemplo eloquentissimo a todos os que, investidos no poder, se sentirem inspirados do desejo de bem servir a patria, para opporem uma firme e tenáz resistencia aos que, na impossibilidade de comprehender-lhe as intenções, se empenham em os deprimir.

outros se modificaram, e outros se aboliram, como é sabido.

Vê por tanto o meu illustre interlocutor, que foi o dinheiro e o genio, e não este desacompanhado daquelle, que tão notavel tornaram a gerencia do grande restaurador de Lisboa.

« Respectivamente ao serviço postal accetamos as explicações do sr. Barahona; mas insistimos em que o governo do estado deve dar algumas medidas provisórias para que aquelle serviço faça-se com mais regularidade » diz o nobre adversario; e depois de discorrer sobre outros assumptos, esquecido seguramente do que antes escrevera com referencia ao correio, diz « Acredite o s. Barahona, que se amanhã o governador geral decretar de motu proprio um regulamento para o nosso correio (mesmo que seja provisório?) creando o pessoal necessario, e fazendo outros actos que lhe não competem, — A India — ha de ser a primeira a fulminar o abuso, apesar dos seus bons desejos de ver melhorado o serviço postal. » (21)

Concluiremos esta nota com as seguintes linhas extrahidas da — Instructão do Exm.^o Marquêz de Alorna ao seu Successor — « Finalmente, não se lisonjeie V. Ex.^a com a esperança de encontrar neste Governo alivios, nem descanso; considere-se não homem para si, mas constituido por Deos para a defesa publica, exposto, e sempre prompto neste theatro de contradicções a combater animoso contra todas as paixões humanas, que dividirão o seu cuidado entre as traças, os enganos, e astucias dos inimigos; as queixas, os ditos, e as violencias dos domésticos; e terá em continuo exercicio o valor para rebater os insultos dos primeiros, e o talento e rectidão para refrear mortes, roubos, assassinios, e atrocidades. Aqui terá uso a sua clemencia com os ingratos, pelo esquecimento dos beneficios; e igualmente a justiça para domar, e pôr freio a todas as desordens, a que está sujeita a natureza corrupta; e ao meio de tudo isto terá continuamente a combater Hydraz mais pestilentes que a de Lerna, que tanto dilatou o nome do seu vencedor, a quem coroou a Mythologia por este, mais que por outros trabalhos, ou fingidos, ou allegoricos, que venceo: Estes com mais realidade coroarão a V. Ex.^a se armado de um grande fundo de soffrimento, e do seu proprio valor se empenhar em conseguir delles a victoria; e parecer-lhes-hão menos asperos, e mais suaves, se impellido da nobre emulação dos Heroes, a que sempre aspirou, considerar que se estes dilataram pelo Mundo a fama, e o nome, foi pelas suas façanhas e á custa do suor do seu rosto; pois sem fadigas e trabalhos se não dá nesta vida um só passo, assim no caminho da virtude, como no da gloria. »

{ 21 } Quer que o governo faça o bem, e promette atenda-o se o fizer !!! Um contrasenso d'esta ordem merece ficar aqui regis-

A junção que fiz dos dois precedentes períodos, e a briga que a boa razão com elles estabeleceu, por se dizerem filhos do mesmo pai, me dispensa de os commentar, porque, o fazel-o, seria uma offensa á intelligencia do mais rude dos leitores.

Não é tão liquida, como o nobre articulista affirma, sr. redactor, a opinião de que da descentralisação do poder resultam mil inconvenientes.

Não ha muito que a *Gazeta de Portugal* a defendeu com mui luminosos argumentos; e nem um só dos homens que por experiencia conhecem as nossas colonias, e as desejam ver erguidas do lastimavel abatimento em que jazem, deixam de a appetecer.

Mal podem as necessidades d'uma localidade, muitas vezes urgentes, ser apreciadas devidamente a muitas mil legoas de distancia, por homens que na generalidade só conhecem o ultramar por informações, ou pelo que a seu respeito têm lido n'uma ou outra memoria pobrissima de detalhes. E' esta por tanto uma das mais fortes razões, que aconselham a descentralisação do poder, embora temores vagos, e de importancia mui secundaria, levem alguns homens a clamar em sentido contrario.

Referindo-se ao appello que fiz para o governo e parlamento, pedindo a adopção de leis especiaes para as colonias, que ponham termo ao abuso, e licença com que se julga muito licito, e até conveniente insultar as auctoridades legitimamente constituidas, conclue o meu estimavel adversario com as seguintes palavras, em que provavelmente descobriu os attributos da mordaga: « *O sr. Barahona, que ainda ha dois annos sendo official subordinado insultava ou apoiava os improperios com que os ajudantes das ordens do governador geral minoseavam um conselheiro da corôa.* »

O sr. Barahona, meu apreciavel adversario, sendo ha dois annos, como é hoje e como espera ser até ao termo da vida, cidadão constitucional portuguez, reprovou com decencia e gravidade o apoio dado pelo ministro do ultramar a uma interpegação apaixonada, em menoscabo do nome venerando do sempre chorado conde de Torres-Novas!!!

O sr. Barahona não se arrepende hoje do que fez ha dous annos; e não se arrepende, porque, para se mani-

tado para que os vindouros possam apreciar a consciencia com que o redactor d'um periodico guerreia a governação actual d'este paiz!

festar contra o acto d'um ministro, não lhe foi necessario vituperar-lo, chamando-lhe *estatua, cousa digna de figurar n'uma exposição internacional, commendador do lagarto, borrador de papel, vasculhador de poeira, & & & !!!* (22)

Por ultimo : o sr. Barahona não desceu a esses extremos da baixa fraseologia ; limitou-se a emitir a sua opinião, e nem mesmo apoiou os *improperios com que os ajudantes das ordens, como se expressa o illustre articulista, mimoseavam um conselheiro da corôa.*

« Se a promulgação das leis especiaes dependesse dos desejos do sr. Barahona e do sr. Rivara (escreve o meu nobre adversario) he certo que de ha muito ellas seriam um facto; por que é incontestavel que o nobre interlocutor tem decidida *propensão para um governo militar. Infelizmente porém (Infelizmente ? Não comprehendo !) o negocio é mais duro do que s. sr. pensa, e na metropole não se faz muito caso dos importantes esforços dos despeitados (? ! ! !) nem das opiniões suspeitas d'um secretario do governo geral (! ! !)* (23)

(22) Antes e muito antes de me lembrar da conveniencia que resultaria da promulgação de leis especiaes para o ultramar, lembrou-se d'ellas e propôz a sua adopção Fr. João da Trindade, natural de Gôa, quando deputado em 1839.

Seriam de tarracha as leis, que este distincto cidadão goano reclamou para o seu paiz ?

Importariam ellas um cerceiamento das regalias constitucionaes, de que não zelosos se mostram os que em taes regalias veem um elemento de impunidade ?!

Será suspeito aos perpetuos inimigos da ordem neste paiz, o voto de Fr. João da Trindade, eleito deputado n'uma época de vertiginosa commoção popular contra o legitimo delegado do soberano, conjunctamente com Bernardo Peres da Silva, Joaquim Pedro Celestino Soares, e Antonio Cactano Pacheco, reputados por seus adeptos egides firmes e seguras das liberdades patrias ? Não o cremos.

(23) Com razão se queixou a junta da fazenda publica de Goa a sua magestade, contra os desenfreados abusos da imprensa pe iódica, nos seguintes termos:

« Mas como quer que seja: uma imprensa que se encarrega de uma tal missão, não merece o nome de imprensa; — é uma machina de guerra sempre preparada para se descarregar sobre os talentos justamente reconhecidos, e sobre as reputações solidamente constituídas, sem que os calumniadores receiem e esperem o castigo, por que quando se decidirem todos os recursos, que elles calculadamente interposerem para a metropole nos processos que se lhes instaurarem pelo crime do abuso de liberdade de imprensa, e de difamação e injuria, ou já não existem os empregados, ou os individuos caluniados, ou já se tem retirado para a mãe patria, por terem findado as suas commissões, ou

Principiarei, sr. redactor, por aonde termina o meu sobre interlocutor; pôr lamentar que a sua vaidade, amor proprio, e a ferro ás suas opiniões o ceguem a ponto de persuadir-se, que mais considerados sejam na metropole os desregramentos d'uma imprensa leiga a bisonha, do que as opiniões assisadas d'um homem eminente por seu saber, e tão respeitado pela honestidade de seu caracter, como é o sr. conselheiro Rivara. Admitto-me mesmo, que o meu adversario, em quem reconheço intelligencia, se afoitasse a emitir uma tão singular opinião!

Eu não desejo para as colonias um governo militar, nem creio que o sr. Rivara o deseja tambem. O que desejo, é um governo forte, illustrado e desembaraçado de importunas peias, que só servem para ampecer o progresso, e para abrigo dos mãos....

Quero um governo munido de faculdades para fazer o bem; porque, se se desviar do trilho que o dever lhe

por outras circumstancias, e então, na sua ausencia, os processos serão eternizados.

Um periodico politico d' este paiz, que por se afastar da senda viciosa trilhada por outros gosou curta vida, n' um bem elaborado artigo disse o seguinte, em 1864:

«Foi só para injuriar e caluniar que se quiz a imprensa em Margão () onde está um foco revolucionario, que reclama altas providencias da parte da primeira auctoridade do estado para que os povos pacíficos d'aquella comarca, e os das outras se não contaminem com desobediencia e resistencia, que se lhe proclama.»*

Mr. Gueroult, o mais distincto publicista liberal, que hoje escreve na imprensa periodica franceza, dizia ha pouco, tratando da liberdade de imprensa, o seguinte:

«Confessamos que nunca pudemos comprehender bem que um escriptor só pela facta de fazer imprimir o seu pensamento, n'um jornal, se possa achar liberto de toda a responsabilidade, de toda a gener, de todas as obrigações, sem as quaes não ha sociedade passivel entre os homens. Não comprehendemos como uma diffusão, uma calumnia, uma injuria, que se fosse dita no meio da rua, diante de quatro pessoas, constituiria um delicto, se torne innocente por ser multiplicada em vinte mil exemplares, e confiada a cem mil leitores. Essa liberdade não a queremos para nós proprios; não nos sentimos assás prefeitos para não abusar d'ella. Nem isso é liberdade; é omnipotencia, e por consequente tyrania. E-

(*) N'aquella epocha havia em Margão os periodicos politicos—Ukramar—e=India Portugueza.—Esta mudou a typographia para Orlim, d'onde continua a vomitar injurias, de que toda a gente se ri; e em Benealim ha uma—Sentinella—adormecida.

impoem, o remédio, he facil, é destituição do poder.

E' este o modo porque penso, e não creia o meu nobre contendor, que as minhas ideas tenham menos pro-sellitos do que as suas.

Muito me obsequiaria o nobre interlocutor se me apresentasse essa implacavel historia, que condemna os desvios do finado visconde d'Ourem!

Não julgo muito possivel a satisfação deste meu perdido, a não ser, que por historia me queira apresentar algum pamphleto improvisado, semelhante a certos que por ahi correm.

A syndicancia do nobre visconde d'Ourem, unico documento de fé, que pode admitir-se como prova da sua boa ou má governação, passou em julgado, sem o censurar ou punir; e portanto é obvio, que o illustre general, que na paz do tumulto não escapa á mordacidade de seus apaixonados detractores, foi um bom governador.

Do mesmo modo nada prova contra o sempre lembrada conde de Torres Novas, o silencio do parlamento, quando um ministro aceitou as accusações com que um deputado, que devia ser grato áquelle governador, o in-

quivale a accommetter os viandantes, dispor de sua honra, de sua reputação, de seu repouso: seria uma especie de latrocínio, que não poderia subsistir nas pazes aonde tivesse por correctivo o revolver e a carabina raiada »

Se Mr. Gueroult conhecesse a imprensa da India, não procuraria por certos termos diferentes para a descrever: applicar-lhe-hia as luminosas considerações, com que stygmatisa toda a imprensa devassa e corrupta.

Em abono do que avançamos apresentaremos aqui o trecho d'uma correspondencia com que deparamos n'um numero do *Ultramar*, que acabamos de ler. Eil-o. « *Tem razão.—Por ventura roubar os tellos, os fundos das confrarias, faltar á fé de contractos de locação, aperear os credores, falsificar os livros das confrarias,—semear intrigas, armar traições, defender o testemunho falso em prejuizo da innocencia, calumniar todos os dias o mundo inteiro, criar desordens no concelho humilhando-se em S. Lourenço, e diante de certas esperas—comer da empreza da India, falsificar com força armada as urnas electoraes, não são atuns pequenos de festos politicos...* »

Esta correspondencia é assignada pelo sr. Antonio Francisco Carneiro, e as amabilidades que cantem, de que apresentamos um limitado numero, dirigem-se ao sr. José Ignacio de Loyola, redactor do jornal=A India portugueza=que, sem procurar desaffrontar-se ou antes purificar-se ante a opinião publica, continua a apresentar-se como orgam da opinião d'uma facção, e nesta qualidade a insultar sem escrúpulo os caracteres mais irreprehensíveis.

vectiven, sem que a lingua se lhe paralisasse por tão inaudito desacato.

O parlamento desprevido como estava de informações, nenhuma resistencia podia oppôr ás despeitosas accusações, com que debalde se pertendeu macular a honrosa biographia publica, e o nobre character d'um dos mais prestantissimos patriotas da moderna epocha. Mas ainda assim houve um e outro representante da nação, que se pronunciaram em favor do nobre conde, exigindo em nome do dever e da moralidade, que elle fosse ouvido antes de ser julgado; circumstancia esta, que o meu nobre contendor teve a subtilidade de occultar!!

Diz o illustre articulista: « Se o nome do sr. Rivara tem sido muitas vezes invocado nesta folha a propósito de negocios publicos, é porque persuadimo-nos (attenção!) que s. ex.^a é a móla principal da governação actual, » e n'um outro periodo prosegue: *He opinião corrente no paiz, que o nobre governador geral tem moralmente delegado todas as suas faculdades no seu secretario; e por consequente, he neste que deve pesar a responsabilidade de seus actos.* Ora muito bem.

O principio pelo nobre interlocutor estabelecido, ou antes, o pedestal em que pretende firmar o imaginario monumento, que a sua illudida razão tenta erigir, é demasiadamente fraco aos olhos d'uma imparcial apreciação.

E' opinião corrente no paiz, diz o meu respeitavel contendor, n'um sentido. E' opinião corrente no paiz, respondo eu n'outro. E' opinião corrente no paiz, dirá um terceiro, ainda n'outro sentido. Todos querem que a opinião corrente do paiz lhe seja favoravel, affirmam todos, que o é de facto! E o pobre paiz, silencioso, assiste a este concurso d'affirmativas, e ri-se da que pecca por inverosimil e desarrazoada, que na questão presente não pode deixar de ser, a do meu nobre adversario, como passo a demonstrar.

Em resposta á formal provocação com que exige, que em termos claros o meu adversario apresentasse tudo quanto possa ferir a honra do sr. conselheiro Rivara, quer como empregado publico, quer como cidadão, offerece elle á minha consideração quatro quesitos, prometendo apresentar muitos outros, o que diz não fazer agora, para que eu não tenha o incommodo de procurar solução ás queixas por junto (!!!)

E sabe o publico quaes são essas quatro tremendissimas accusações, que precedem centenaes d'outras, com que sou ameaçado? Ellasahi vão, e pasme o mundo (!!!)

1.^a O ter-se pago á comitiva do actual governador a sua passagem de Bombaim para Goa.

2.º O ter o governo ordenado *dispoticamente* ao administrador do concelho de Salcete, que fizesse entupir certos poços á custa de seus proprietarios.

3.º O serem abonados ao sr. commissario da circumscricção do real padroado cento e tantos xerafins mensaes; e

4.º O ser conservado em Goa o sr. coronel Oliveira em completa ociosidade, a titulo de prestar contas da sua responsabilidade como administrador que foi das mattas nacionaes.

São estas as quatro primeiras accusações, com que é abalada a honra do sr. conselheiro Rivara !!! São realmente d'uma força prodigiosa; tão grande, que difficilmente poderá s. ex.ª rehabilitar-se ! e eu, que o tenho defendido, sossobrarei em medonho pélagos, para não mais me erguer !!!

Mas vou ainda procurar a salvação n'uma taboa, que a providencia me deparou, para que o meu nobre adversario possa dizer na seguinte semana: « Está salvo o homem! Não morreu!!... »

Dos quatro pontos sobre que tenho de responder, só um, o do entupimento dos poços, é da responsabilidade do governo. Os tres restantes são da exclusiva competencia da junta da fazenda publica, e admittido mesmo o falso principio de que o nobre presidente de tão respeitavel tribunal está moralmente subordinado á vontade imperiosa do sr. conselheiro Rivara, restam ainda os sr.º presidente da relação, Ribeiro de Carvalho; procurador da corôa, Serra e Moura; thesoureiro geral, conde de Sazedas; e escrivão deputado, Oliveira Nogar.

Nenhum d'estes cavalheiros por certo acceita a humilde posição, que o meu adversario lhes destina.

Em todos ha a independencia de character, e a precisa dignidade, para regularem seus actos pelas leis vigentes, e pelos dictames da sua consciencia.

Faço esta justiça ao elevado character de tão distintos cavalheiros; e lastimo, que o meu adversario os injuriasse tão injusta e improvocadamente.

No que respeita porem aos poços mandados entupir pelo nobre governador, e não pelo seu secretario geral, devo observar, que a mais forte conveniencia, a salubridade publica, aconselhava esta medida.

Os poços, quando descuidada a sua limpeza, são focos de verdadeira infecção taes como as latrinas, monturos, &c. Ora, se o dono d'uma casa é pelas leis policiaes de limpeza obrigado a remover os montões de immundicias, e se para obtel-o precisa despende dinheiro, não é para

admirar, que o dono d'um poço, em que se dão as mesmas condições d'insalubridade, pela putrefacção de suas aguas, e dos corpos estranhos, que n'elle se accumulam, seja pela auctoridade compellido a limpá-lo, ou a inutilisá-lo, se não é de uso algum, como succedia com os poços em questão, quando se mostre relapso em o fazer voluntariamente.

A auctoridade que determina uma tal remoção e limpeza, ou que extingue o foco da infecção, cumpre o seu dever; e por tanto, quando ao sr. conselheiro Rivara coubesse a responsabilidade, que lhe nego, d'este acto, era merecedor d'encomios e não censuras.

Em referencia á portaria que dissolveu a camara municipal de Bardez, portaria que o meu adversario diz ter-lhe agradado por ser *politicamente favoravel aos seus intuitos*, mas que não pode deixar de considerar como *uma d'aquellas peças que podem por si desacreditar um governo*, e sobre a qual pede que me explique, é dever meu dizer-lhes, com a mesma obediencia com que tenho satisfeito a todas as suas exigencias, que a citada portaria cumpre muito á risca o preceito do artigo 107 do código, porque n'ella se ordena á commissão municipal, que prepare todos os actos necessarios á eleição da futura camara; eleição que, segundo a doutrina da citada portaria, deverá ter logar no dia que opportunamente (isto é, dentro do praso legal) for designado.

Ora o preceito d'este praso está estabelecido no parágrafo do artigo referido; e a este satisfaz a portaria de 25 de fevereiro, publicada no *Bol. n.º 17*.

Se o legislador distinguio em dois preceitos estas duas especies, não peccou o executor em igualmente as distinguir.

E' esta a explicação que me cumpre dar ao meu nobre adversario, uma vez que tão empenhadamente a solicito.

A' vista das quatro accusações, que tão facil e vantajosamente combati, vejo-me na imperiosa necessidade de declarar-lhe, que me dou por satisfeito com as razões que em opposição ás suas lhe tenho offerecido; e que, em seguida ás ligeiras considerações que vou adduzir com referencia ao pretendido, mas não concedido principio de que *o rei reina e não governa*, farei uso d'um *ponto final*, que não só indicará o termo d'este escripto, mas tambem o da presente questão, que tive a fortuna de sustentar, sem que a necessidade de capitular se me antolhasse, e em que a opinião dos homens de senso não

pode deixar de ser me favoravel ; deixando eu ao meu nobre antagonista a dos utopistas, que não faltam onde ha homens.

Muito de proposito fugio o meu adversario da area que lhe marquei com referencia á responsabilidade dos reis constitucionaes ; e, espraçando-se em considerações que entre si se combatem e distroem, affirma em conclusão, que Carlos 10. desceu do throno em que seus avós poderam sustentar-se, porque, servindo-se das faculdades que a constituição lhe conferia, tentou quebrantar as liberdades publicas, modificando a lei eleitoral em favor dos privilegios e estabelecendo de moto proprio censura para a imprensa.

O ataque ás liberdades publicas attribuido pelo adversario a Carlos 10, são por certo as famosas ordenanças de julho, que eram, como todos os actos do mesmo monarcha, referendados pelos respectivos ministros.

Qualquer *abuso*, qualquer *velleidade dictatorial*, *nunca se podia, em face da constituição, attribuir ao rei*, e portanto eram os ministros que deviam cair, e não o rei.

Basta esta circumstancia da queda de Carlos 10, e a de Luis Philippe, para se comprehender, que a irresponsabilidade real é apenas uma ficção, que não tem entrada na opinião das massas do povo, nem na de homens eminentissimos por seus conhecimentos politicos, d'entre os quaes mencionarei—o sr. Antonio Augusto Teixeira e Vasconcellos, como mais nosso conhecido.

Milhares d'exemplos, que os curtos limites d'um artigo de jornal não comportam, e tem clara e evidentemente demonstrado.

E tanto é verdade o que deixo escripto, que o meu proprio adversario, interessado, como é, em sustentar ideas oppostas, se encarregou de fornecer-me razões em auxilio das minhas no seguinte periodo, em que concede ao rei acção e poder !!

A nação clamava pela liberdade das reuniões, mas mr. Guizot a recusava [note-se : era o ministro e não o rei que recusava] De tal sorte que se o sabio monarcha francez não insiste em sustentar o antipathico vulto do eloquent ministro, e se mais cedo faz as concessões a que se resolveu na hora suprema, estava salva a dinastia d'Orleans.

Vê-se d'este periodo, que o rei, no uso das suas faculdades constitucionaes, sustentou um ministro, e fez concessões; por tanto exerceu actos puramente governativos; isto é, governou, e governou segundo a opinião do meu adversario, que por outro lado quer que o rei—*reine e não governe*—!! !!

Admira-se tambem o meu antagonista de que eu reputo incompativel a queda d'um monarcha por uma revolução, com a sua irresponsabilidade; e decora esta admiração com quatro famosos signaes designativos d'esta impressão, como se eu dissesse um grande absurdo !!!!!!!

Não me leve pois a mal, que eu duplicasse o numero d'aquelles signaes ao fechar o periodo antecedente, pois que, d'outro modo, me seria difficil fazer sentir ao meu nobre adversario quanto ha de singular n'aquella sua admiração.

Se o povo, revoltando-se, depôz o soberano para expellir o ministro, é por que deu ao soberano a responsabilidade dos actos, que lhe desagradaram, por nocivos aos seus interesses e direitos.

Disei por tanto muito bem, que o povo, depondo Carlos 10 e Luis Philippe mostrou não acceitar o falso principio de que= o rei reina e não governa (24). E tenho findado o artigo e a questão.

Nova-Goa, 27 março de 1867.

D. v.

att.º e v. c.

Carlos Pedro Barahona e Costa.

(24) *O rei reina e não governa*=é uma especie de aphorismo politico, deduzido de algumas constituições modernas com pouca ou nenhuma significação em presença dos factos.

Importa pouco saber se aquelle aphorismo foi inventado por Guizot ou por Benjamin Constant.

No que todos concordam é em ser aquelle aphorismo uma ficção constitucional, como demonstramos; e a experiencia nascida dos factos, que fallam mais alto, que falsas theorias, tem provado, que os povos desprezando a ficção, vão ao fundo das cousas, e fazem recair a responsabilidade no rei absolvendo os ministros.

Basta o exemplo do succedido ás duas dynastias desthronadas em França, para se conhecer esta verdade.

Por isso Luis Napoleão amestrado pela experiencia, pôz as cousas no verdadeiro logar, e escreveu na constituição, que hoje rege em França, que só o imperador é responsavel. Em conformidade com esta idéa dispôz que os ministros não tivessem entrada nem assento nas camaras. Hiam defender os projectos do governo commissarios especiaes, tirados dentre os conselheiros d'estado.

Por um decreto de janeiro d' este anno deu o imperador voz nas camaras aos ministros, mas ainda na qualidade de commissarios especiaes; de sorte que para cada projecto são nomeados por um decreto como commissarios do imperador ou os ministros, ou os conselheiros de estado.

A questão levantada pela India era que o mais boçal cidadão d'uma

monarchia constitucional, não commetteria o erro de dizer que o rei governava. Para se provar a falsidade e o absurdo d'esta these, basta que haja uma monarchia constitucional, onde o imperante governa. Essa é a França. Nem é admissivel o dizer-se que n'aquelle paiz não ha governo parlamentar, porque o ha, com duas camaras, e nenhuma lei se faz senão pelo voto do corpo legislativo, e declaração do senado de que ella não offende os principios da constituição.

Quem comprehender bem o mechanismo parlamentar da França, ha de vêr que, apesar de haver lá menos palavreado do que entre nós, ha mais trabalho legislativo, e menos paixões e despeitos.

Desviamo-nos um pouco do ponto principal da questão, para melhor a esclarecer, e mostrarmos o bom fundamento com que regeitamos o absurdo, de que = *o rei constitucional reina e não governa.* =

— *o rei* —

B12599

89094390341



b89094390341a

89094390



B89094390